

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	20
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	21
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	25
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	26
----------------------------------	----

Relatório da Administração	28
----------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	112
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	114
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	115
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	116
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	282
Preferenciais	58
Total	340
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	1.534.395	1.310.601	1.127.348
1.01	Ativo Circulante	267.154	210.985	192.817
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	111.112	96.000	78.379
1.01.03	Contas a Receber	115.264	74.351	85.076
1.01.03.01	Clientes	115.264	74.351	85.076
1.01.03.01.01	Contas a Receber	115.264	74.351	85.076
1.01.04	Estoques	409	477	592
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.968	11.668	15.114
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.968	11.668	15.114
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	9.968	9.286	15.114
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a compensar	0	2.382	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.136	4.031	1.868
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	26.265	24.458	11.788
1.01.08.03	Outros	26.265	24.458	11.788
1.01.08.03.01	Títulos a receber de partes relacionadas	2.977	3.739	2.849
1.01.08.03.02	Dividendos	19.599	16.822	6.570
1.01.08.03.03	Outros créditos	3.689	3.897	2.369
1.02	Ativo Não Circulante	1.267.241	1.099.616	934.531
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.292	80.143	43.867
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.110	20.772	23.142
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.110	20.772	23.142
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.938	39.887	2.662
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	1.938	39.887	2.662
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.244	19.484	18.063
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	17.183	16.404	14.055
1.02.01.09.04	Depositos judiciais	2.696	2.144	2.500
1.02.01.09.05	Outros creditos	3.365	936	1.508
1.02.02	Investimentos	616.237	458.369	400.210
1.02.02.01	Participações Societárias	616.237	458.369	400.210

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.03	Imobilizado	514.026	464.824	413.773
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	352.172	297.275	304.524
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	161.854	167.549	109.249
1.02.04	Intangível	99.686	96.280	76.681
1.02.04.01	Intangíveis	99.686	96.280	76.681
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	36.404	34.877	15.014
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	42.311	40.432	40.696
1.02.04.01.03	Ágio em Investimentos	20.971	20.971	20.971

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	1.534.395	1.310.601	1.127.348
2.01	Passivo Circulante	249.397	284.274	266.264
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.325	27.594	24.660
2.01.02	Fornecedores	54.091	32.268	35.016
2.01.03	Obrigações Fiscais	42.554	26.989	29.425
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.303	9.575	11.723
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.020	0	2.551
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.179	6.210	6.165
2.01.03.01.03	Tributos Parcelados	104	3.365	3.007
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	28.851	17.041	17.425
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	400	373	277
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61.269	137.814	87.970
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.483	49.248	38.142
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.483	49.248	35.027
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	3.115
2.01.04.02	Debêntures	12.671	84.520	49.721
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	115	4.046	107
2.01.05	Outras Obrigações	64.158	59.609	89.193
2.01.05.02	Outros	64.158	59.609	89.193
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	37.502	36.274	31.956
2.01.05.02.08	Outros	26.656	23.335	57.237
2.02	Passivo Não Circulante	662.533	492.785	419.466
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	594.525	425.418	367.086
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	300.915	282.450	152.781
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	300.915	282.450	152.781
2.02.01.02	Debêntures	293.610	142.857	214.286
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	111	19
2.02.02	Outras Obrigações	820	1.331	15.584
2.02.02.02	Outros	820	1.331	15.584

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	820	1.331	15.584
2.02.04	Provisões	67.188	66.036	36.796
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	61.633	60.921	35.860
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	31.889	28.602	7.694
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.936	3.095	2.957
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	27.808	29.224	25.209
2.02.04.02	Outras Provisões	5.555	5.115	936
2.02.04.02.06	Outras Obrigações	5.555	5.115	936
2.03	Patrimônio Líquido	622.465	533.542	441.618
2.03.01	Capital Social Realizado	271.641	271.641	271.641
2.03.04	Reservas de Lucros	324.141	234.702	142.234
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	310.975	220.877	129.849
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	13.166	13.825	12.385
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.683	27.199	27.743

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	745.956	745.325	739.318
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-391.713	-401.993	-421.150
3.03	Resultado Bruto	354.243	343.332	318.168
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-137.714	-133.774	-110.558
3.04.01	Despesas com Vendas	-120.107	-117.624	-111.719
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-99.404	-91.182	-89.146
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-91.671	-83.186	-81.459
3.04.02.02	Honorários da Diretoria e Conselho de Administração	-7.733	-7.996	-7.687
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.917	21.499	14.627
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.440	-23.678	-14.254
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	80.320	77.211	89.934
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	216.529	209.558	207.610
3.06	Resultado Financeiro	-53.389	-57.119	-44.140
3.06.01	Receitas Financeiras	10.037	14.116	18.591
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.426	-71.235	-62.731
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	163.140	152.439	163.470
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.887	-14.775	-40.117
3.08.01	Corrente	-18.225	-22.340	-15.477
3.08.02	Diferido	-8.662	7.565	-24.640
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	136.253	137.664	123.353
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	136.253	137.664	123.353
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	400,28000	404,42000	362,38000
3.99.01.02	PN	400,28000	404,42000	362,38000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	400,28000	404,42000	362,38000
3.99.02.02	PN	400,28000	404,42000	362,38000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	136.253	137.664	123.353
4.03	Resultado Abrangente do Período	136.253	137.664	123.353

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	193.026	177.171	202.456
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	238.811	237.376	210.461
6.01.01.01	Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	163.140	152.439	163.470
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	79.548	70.205	83.784
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-80.320	-77.211	-89.934
6.01.01.05	Ganho na venda de imobilizado	-1.447	-174	-241
6.01.01.06	Encargos Financeiros	53.389	57.089	44.140
6.01.01.07	Provisão para risco de crédito	10.358	7.404	7.337
6.01.01.08	Constituição (Reversão) de provisões	14.143	27.624	1.905
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-45.785	-60.205	-8.005
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-51.271	3.321	22.441
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	69	115	2.406
6.01.02.03	Aumento em Tributos a Recuperar de Circulante e Não Circulante	-1.461	3.479	-1.891
6.01.02.04	Aumento em Depósitos Judiciais	-2.766	-2.207	-2.946
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Ativos Circulante e Não Circulante	-5.340	-3.235	-6.273
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	21.823	-2.748	-1.519
6.01.02.07	Aumento em Obrigações Sociais	2.537	2.934	1.807
6.01.02.08	Aumento em Obrigações Fiscais	16.187	-16.515	-7.020
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos Circulante e Não Circulante	-8.580	-29.705	-6.613
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pagos	-11.435	-15.644	-8.397
6.01.02.11	Provisões pagas	-5.548	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-178.069	-134.320	-153.250
6.02.01	Investimentos em Controladas	0	0	-64.000
6.02.02	Ativo Imobilizado e Intangível	-133.243	-140.890	-94.681
6.02.03	Dividendos Recebidos	27.367	6.570	5.431
6.02.04	Aporte de capital em controladas	-72.193	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	155	-25.230	-73.623
6.03.01	Amortização de Empréstimos - Principal e Juros, Líquido	46.000	53.531	-47.708
6.03.02	Adição (Amortização) de Fornecedores Financiamentos - Principal e Juros	-339	-33	-672

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-45.506	-41.845	-25.243
6.03.04	Aumento de Mútuo Ativo	0	-36.883	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.112	17.621	-24.417
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.000	78.379	102.796
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	111.112	96.000	78.379

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	234.702	0	27.199	533.542
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	234.702	0	27.199	533.542
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-47.330	0	-47.330
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.505	0	-33.505
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13.166	0	-13.166
5.04.08	Proposta de dividendo adicionais	0	0	0	13.166	0	13.166
5.04.09	Dividendos Propostos Adicionais	0	0	0	-13.825	0	-13.825
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	136.253	0	136.253
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	136.253	0	136.253
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	89.439	-88.923	-516	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.813	-6.813	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	82.626	-82.626	0	0
5.06.05	Reavaliação dos ajustes de custo atribuído	0	0	0	516	-516	0
5.07	Saldos Finais	271.641	0	324.141	0	26.683	622.465

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-45.740	0	-45.740
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.355	0	-33.355
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-13.825	0	-13.825
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	13.825	0	13.825
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-12.385	0	-12.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.664	0	137.664
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.664	0	137.664
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	92.468	-91.924	-544	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.884	-6.884	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	85.584	-85.584	0	0
5.06.05	Realização dos ajustes de custo atribuído	0	0	0	544	-544	0
5.07	Saldos Finais	271.641	0	234.702	0	27.199	533.542

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-38.406	0	-38.406
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-30.872	0	-30.872
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicioanis	0	0	0	-12.385	0	-12.385
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	12.385	0	12.385
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-7.534	0	-7.534
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	123.353	0	123.353
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	123.353	0	123.353
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	83.322	-84.947	20	-1.605
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.168	-6.168	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	77.154	-77.154	0	0
5.06.05	Realização dos Ajustes de Custo Atribuído	0	0	0	-1.758	0	-1.758
5.06.06	Ajustes de Lucros Não Realizados - CPCs	0	0	0	133	0	133
5.06.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controladas	0	0	0	0	20	20
5.07	Saldos Finais	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	1.021.440	1.024.495	1.007.651
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.014.655	1.002.889	995.983
7.01.02	Outras Receitas	17.143	29.010	19.006
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10.358	-7.404	-7.338
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-411.262	-426.375	-419.781
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-276.770	-296.196	-301.889
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-134.492	-130.179	-117.892
7.03	Valor Adicionado Bruto	610.178	598.120	587.870
7.04	Retenções	-79.548	-70.205	-83.784
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-79.548	-70.205	-83.784
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	530.630	527.915	504.086
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	90.357	91.327	108.525
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	80.320	77.211	89.934
7.06.02	Receitas Financeiras	10.037	14.116	18.591
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	620.987	619.242	612.611
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	620.987	619.242	612.611
7.08.01	Pessoal	110.304	90.317	89.680
7.08.01.01	Remuneração Direta	96.048	76.634	76.304
7.08.01.02	Benefícios	7.397	8.127	8.581
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.859	5.556	4.795
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	296.517	292.661	311.334
7.08.02.01	Federais	75.113	79.408	99.769
7.08.02.02	Estaduais	221.084	212.797	211.182
7.08.02.03	Municipais	320	456	383
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.913	98.600	88.243
7.08.03.01	Juros	47.775	71.235	62.731
7.08.03.02	Aluguéis	30.138	27.365	25.512
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	136.253	137.664	123.354
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.935	3.765	7.150

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.02	Dividendos	29.570	29.591	23.722
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	102.748	104.308	92.482

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.185.552	1.909.687	1.650.786
1.01	Ativo Circulante	591.433	495.591	468.889
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	186.827	178.253	189.991
1.01.03	Contas a Receber	318.120	239.728	225.358
1.01.03.01	Clientes	318.120	239.728	225.358
1.01.03.01.01	Contas a Receber	318.120	239.728	225.358
1.01.04	Estoques	13.925	11.742	8.222
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.554	39.809	27.073
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.554	39.809	27.073
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	39.554	39.809	27.073
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.967	14.130	5.209
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.040	11.929	13.036
1.01.08.03	Outros	20.040	11.929	13.036
1.01.08.03.01	Títulos a Receber de Partes Relacionadas	1.717	1.445	5.742
1.01.08.03.02	Outros	18.323	10.484	7.294
1.02	Ativo Não Circulante	1.594.119	1.414.096	1.181.897
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	82.038	90.456	86.802
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.291	45.285	44.600
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.291	45.285	44.600
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.938	2.805	2.662
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	1.938	2.805	2.662
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	54.809	42.366	39.540
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	32.187	29.902	28.715
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	17.080	9.442	6.348
1.02.01.09.05	Outros Créditos	5.542	3.022	4.477
1.02.02	Investimentos	64	79	199
1.02.02.01	Participações Societárias	64	79	199
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	79	199
1.02.03	Imobilizado	1.246.818	1.068.518	896.384

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	842.485	653.636	660.469
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	404.333	414.882	235.915
1.02.04	Intangível	265.199	255.043	198.512
1.02.04.01	Intangíveis	265.199	255.043	198.512
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	106.298	107.993	67.406
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	105.273	93.422	77.478
1.02.04.01.03	Ágios em Investimentos	53.628	53.628	53.628

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.185.552	1.909.687	1.650.786
2.01	Passivo Circulante	553.493	546.144	572.231
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	110.774	107.891	92.359
2.01.02	Fornecedores	150.054	116.589	111.393
2.01.03	Obrigações Fiscais	81.900	57.097	68.633
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.362	26.737	41.227
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.999	809	8.479
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	21.813	18.411	15.964
2.01.03.01.03	Tributos Parcelados	3.550	7.517	16.784
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	45.436	27.537	25.256
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.102	2.823	2.150
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.113	185.042	169.459
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	93.224	96.217	118.475
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	93.224	96.217	115.360
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	3.115
2.01.04.02	Debêntures	12.671	84.520	49.721
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	218	4.305	1.263
2.01.05	Outras Obrigações	104.652	79.525	130.387
2.01.05.02	Outros	104.652	79.525	130.387
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	39.824	37.742	32.099
2.01.05.02.04	Fornecedores de Equipamentos	0	0	9.599
2.01.05.02.05	Obrigações com Tráfego de Interconexão e Cob. Conj.	0	0	32.386
2.01.05.02.06	Valores a Restituir a Acionistas	0	0	28.634
2.01.05.02.07	Concessão de Serviços de Telecomunicações a Pagar	0	0	12.024
2.01.05.02.08	Outros	64.828	41.783	15.645
2.02	Passivo Não Circulante	969.891	784.199	609.878
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	814.960	604.851	488.393
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	521.106	461.563	273.920
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	521.106	461.563	273.920

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.01.02	Debêntures	293.610	142.857	214.286
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	244	431	187
2.02.02	Outras Obrigações	17.101	25.596	32.894
2.02.02.02	Outros	17.101	25.596	32.894
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	17.101	25.596	32.894
2.02.04	Provisões	137.830	153.752	81.800
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	123.843	112.618	70.400
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	76.185	62.705	27.266
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	14.087	13.622	14.719
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	33.571	36.291	28.415
2.02.04.02	Outras Provisões	13.987	41.134	11.400
2.02.04.02.05	Autorizacao de Servicos de Telecomunicacoes a Pagar	0	24.530	0
2.02.04.02.07	Outras Obrigações	13.987	16.604	11.400
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	0	0	6.791
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	0	0	6.791
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	662.168	579.344	468.677
2.03.01	Capital Social Realizado	271.641	271.641	271.641
2.03.04	Reservas de Lucros	324.141	234.702	142.234
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	310.975	220.877	129.849
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	13.166	13.825	12.385
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.683	27.199	27.743
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	39.703	45.802	27.059

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.811.452	1.682.158	1.510.744
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.065.482	-1.005.724	-883.115
3.03	Resultado Bruto	745.970	676.434	627.629
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-455.262	-410.929	-369.163
3.04.01	Despesas com Vendas	-258.407	-243.894	-224.369
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-197.259	-169.527	-153.229
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-184.297	-156.134	-140.709
3.04.02.02	Honorários da Diretoria e Conselho de Administração	-12.962	-13.393	-12.520
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	40.093	42.491	30.323
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.689	-39.999	-21.888
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	290.708	265.505	258.466
3.06	Resultado Financeiro	-82.366	-87.452	-67.286
3.06.01	Receitas Financeiras	25.094	31.435	35.272
3.06.02	Despesas Financeiras	-107.460	-118.887	-102.558
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	208.342	178.053	191.180
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-67.344	-33.669	-60.157
3.08.01	Corrente	-50.092	-45.977	-42.056
3.08.02	Diferido	-17.252	12.308	-18.101
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	140.998	144.384	131.023
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	140.998	144.384	131.023
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	136.253	137.664	123.353
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.745	6.720	7.670
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	140.998	144.384	131.023
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	140.998	144.384	131.023
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	136.253	137.664	123.353
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.745	6.720	7.670

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	376.139	331.267	388.671
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	519.394	468.029	427.553
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	208.342	178.053	191.180
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	161.622	144.815	150.237
6.01.01.05	Ganho na venda de imobilizado	-1.140	-6.162	-840
6.01.01.06	Encargos Financeiros	82.366	87.453	67.286
6.01.01.07	Provisão para risco de crédito	25.884	15.883	12.538
6.01.01.08	Constituição (Reversão) de Provisão	42.320	47.987	7.152
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-143.255	-136.762	-38.882
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-104.276	-30.253	-30.615
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	-2.183	-3.520	2.670
6.01.02.03	Aumento em Tributos a Recuperar de Circulante e Não Circulante	-2.031	-13.923	-9.693
6.01.02.04	Aumento em Depósitos Judiciais	-10.436	-8.863	-10.561
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Ativos Circulante e Não Circulante	-2.433	-7.545	1.164
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	33.465	5.196	21.185
6.01.02.07	Aumento em Obrigações Sociais	7.218	15.532	18.047
6.01.02.08	Aumento em Obrigações Fiscais	18.177	-18.834	-5.290
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos Circulante e Não Circulante	-39.498	-40.273	2.275
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pagos	-32.899	-34.279	-28.064
6.01.02.11	Provisões pagas	-8.359	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-352.195	-372.584	-260.314
6.02.01	Investimentos em Controladas	0	-185	-4.469
6.02.02	Ativo Imobilizado e Intangível	-352.195	-372.399	-255.845
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.370	29.579	-100.951
6.03.01	Amortização de Empréstimos - Principal e Juros, Líquido	59.889	53.413	-77.074
6.03.02	Adição (Amortização) de Fornecedores Financiamentos - Principal e Juros	-28.532	18.082	1.366
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-46.727	-41.916	-25.243
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.574	-11.738	27.406
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	178.253	189.991	162.585

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	186.827	178.253	189.991

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	234.702	0	27.199	533.542	45.802	579.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	234.702	0	27.199	533.542	45.802	579.344
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-47.330	0	-47.330	-10.844	-58.174
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.505	0	-33.505	-910	-34.415
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-13.166	0	-13.166	0	-13.166
5.04.09	Dividendos Propostos Adicionais	0	0	0	13.166	0	13.166	0	13.166
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-13.825	0	-13.825	0	-13.825
5.04.11	Restituição a acionistas	0	0	0	0	0	0	-9.934	-9.934
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	136.253	0	136.253	4.745	140.998
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	136.253	0	136.253	4.745	140.998
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	89.439	-88.923	-516	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.813	-6.813	0	0	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	82.626	-82.626	0	0	0	0
5.06.05	Realização dos ajustes de custo atribuído	0	0	0	516	-516	0	0	0
5.07	Saldos Finais	271.641	0	324.141	0	26.683	622.465	39.703	662.168

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618	27.058	468.676
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618	27.058	468.676
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-45.740	0	-45.740	12.024	-33.716
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.355	0	-33.355	-1.344	-34.699
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-13.825	0	-13.825	0	-13.825
5.04.09	Dividendos Propostos Adicionais	0	0	0	13.825	0	13.825	0	13.825
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-12.385	0	-12.385	0	-12.385
5.04.11	Integralização de Capital em Controlada por não Controladores	0	0	0	0	0	0	13.368	13.368
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.664	0	137.664	6.720	144.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.664	0	137.664	6.720	144.384
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	92.468	-91.924	-544	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.884	-6.884	0	0	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	85.584	-85.584	0	0	0	0
5.06.05	Realização dos ajustes de custo atribuído	0	0	0	544	-544	0	0	0
5.07	Saldos Finais	271.641	0	234.702	0	27.199	533.542	45.802	579.344

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276	20.196	378.472
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276	20.196	378.472
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-38.406	0	-38.406	0	-38.406
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-30.872	0	-30.872	0	-30.872
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-12.385	0	-12.385	0	-12.385
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	12.385	0	12.385	0	12.385
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-7.534	0	-7.534	0	-7.534
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	123.353	0	123.353	7.670	131.023
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	123.353	0	123.353	7.670	131.023
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	83.322	-84.947	20	-1.605	-808	-2.413
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.168	-6.168	0	0	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	77.154	-77.154	0	0	0	0
5.06.05	Realização dos Ajustes dos Custos Atribuídos	0	0	0	-1.758	0	-1.758	-808	-2.566
5.06.06	Ajustes de Lucros não Realizados	0	0	0	133	0	133	0	133
5.06.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controladas	0	0	0	0	20	20	0	20
5.07	Saldos Finais	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618	27.058	468.676

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	2.336.010	2.182.611	1.959.959
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.324.057	2.143.258	1.937.073
7.01.02	Outras Receitas	37.837	55.236	35.410
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-25.884	-15.883	-12.524
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-762.715	-667.211	-621.113
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-488.982	-402.888	-417.607
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-273.733	-264.323	-203.506
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.573.295	1.515.400	1.338.846
7.04	Retenções	-161.622	-144.815	-150.237
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-161.622	-144.815	-150.237
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.411.673	1.370.585	1.188.609
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.094	31.435	35.272
7.06.02	Receitas Financeiras	25.094	31.435	35.272
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.436.767	1.402.020	1.223.881
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.436.767	1.402.020	1.223.881
7.08.01	Pessoal	572.771	484.463	393.708
7.08.01.01	Remuneração Direta	466.432	383.701	315.708
7.08.01.02	Benefícios	73.761	71.976	57.055
7.08.01.03	F.G.T.S.	32.578	28.786	20.945
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	583.911	594.495	547.767
7.08.02.01	Federais	197.673	238.426	226.342
7.08.02.02	Estaduais	369.522	340.411	307.920
7.08.02.03	Municipais	16.716	15.658	13.505
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	139.087	179.191	151.385
7.08.03.01	Juros	72.613	118.887	102.558
7.08.03.02	Aluguéis	66.474	60.304	48.827
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	145.743	150.591	138.691
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.935	3.765	7.150
7.08.04.02	Dividendos	30.480	30.987	23.722

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	106.583	109.119	100.149
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.745	6.720	7.670
7.08.05	Outros	-4.745	-6.720	-7.670

Relatório da Administração

SENHORES ACIONISTAS:

A Administração da Algar Telecom (“Companhia”, “Empresa”, ou “Algar Telecom”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Os valores monetários estão expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2012, para a Algar Telecom, será lembrado como um ano de trabalho árduo, mas também de superação e muitos avanços. Foi um período em que convivemos com um cenário econômico e setorial desafiador. No mercado externo, a manutenção da crise na Europa, a desaceleração na China e o período de lenta recuperação vivenciado pelos Estados Unidos contribuíram para a queda das exportações e, conseqüentemente, para a diminuição da entrada de dólares no Brasil. No ambiente doméstico, como resposta natural a tais incertezas, a atividade econômica foi pautada pelo conservadorismo, sobretudo no primeiro semestre, finalizando com o decepcionante crescimento do PIB em 0,9%. Paralelamente, o setor de serviços continuou a sofrer a pressão dos custos com a manutenção e retenção de talentos.

Para nós, que somos a única empresa de telecom 100% brasileira, este cenário de adversidades foi ainda mais desafiador. A Algar Telecom apoiou-se em seu eficiente planejamento estratégico para tomar decisões acertadas, com o propósito de ganhar competitividade, aumentar a liquidez, manter os investimentos e continuar a crescer geograficamente e na carteira de clientes, chegando ao final de 2012 a 2,3 milhões de Unidades Geradoras de Receitas. Como resultado, a Companhia apurou receita líquida consolidada de R\$ 1,8 bilhão e lucro líquido de R\$ 141 milhões.

Importante reconhecimento conquistado pela Companhia deu-se no âmbito financeiro. O mercado respondeu de maneira extremamente positiva à nossa segunda emissão de debêntures. A oferta, enquadrada no Novo Mercado de Renda Fixa, superou o requerido e chegou a R\$ 358 milhões. Porém, nos limitamos ao volume de R\$ 294 milhões, que é o acréscimo de 35% permitido pela regulamentação. Concluímos o processo com uma concentração de investidores bastante pulverizada. O novo aporte financeiro possibilitou antecipar o pagamento de 97% do saldo a vencer até 2014 do primeiro lote de debêntures, emitido em 2007, alongando o perfil da dívida e mantendo em caixa o capital necessário para investimentos que garantirão a continuidade da expansão e a evolução dos negócios voltados ao segmento empresas.

O ano também trouxe novidades no ambiente operacional dos nossos negócios. Sempre à frente das novas tecnologias, demos continuidade e ampliamos a comercialização da ultra banda larga no varejo e incrementamos o nosso pacote de canais de TV por assinatura, que atualmente oferta mais de 170 canais, 44 deles em HDTV. Na área de relacionamento e atendimento, ampliamos o SAC 2.0, que agora integra outras plataformas de redes sociais, e passamos a contar com o Clube Corporativo Prime, formado para atender um grupo de clientes diferenciado, com potencial de consumir produtos e serviços das diferentes áreas de negócios da Companhia.

Na expansão Minas, área em que a Algar Telecom passou a atuar no varejo ao final de 2011 com a licença da Banda H, consolidamos a presença nas dezenove novas localidades, para os quais ofertamos pacotes que envolvem combinações de telefonia fixa, telefonia móvel 3G, internet rápida e TV por assinatura.

Relatório da Administração

Foram determinantes para o expressivo aumento no mercado corporativo, que é um dos focos de crescimento da Companhia, os esforços para fortalecer a marca Algar. As ações estratégicas para o segmento visam soluções de qualidade a um custo competitivo e a proximidade de relacionamento com o cliente. Também neste sentido, inauguramos a casa Algar, em 2012, na cidade de São Paulo e, em 2013, contaremos com uma nova sede na cidade de Belo Horizonte. Isso nos aproximará dos nossos clientes atuais e potenciais, tornando a Companhia ainda mais competitiva e reforçando a estratégia de presença da Algar Telecom nestas capitais.

Com convicção, reiteramos que as conquistas de 2012, e também todas as outras que marcaram a trajetória da Companhia, derivam da maneira diferenciada com que atendemos os nossos clientes todos os dias, independentemente da sua localização geográfica. A Algar Telecom, assim como todas as empresas do Grupo Algar, guia suas ações pela visão **GENTE SERVINDO GENTE**. Tais palavras sintetizam com simplicidade um jeito de fazer negócios único, em que todos os investimentos em infraestrutura e capital humano focam um mesmo objetivo, que é o de ter qualidade e bom atendimento para satisfazer os clientes.

Toda esta dedicação e direcionamento foram fundamentais na superação dos desafios e no aumento da satisfação dos nossos clientes, que atingiu 86% no segmento empresas e 72% no varejo – índices considerados altos no setor. Além do desempenho dos profissionais da Algar Telecom, contribuíram para tal reconhecimento as nossas ações direcionadas à inteligência competitiva, as políticas de gestão de riscos estabelecidas pela Companhia e o aprimoramento do Programa Inovação, que permeia e cresce em toda organização e é peça-chave na busca por qualidade de produtos e serviços e de atendimento.

Estamos imersos na cultura de inovação. Prova disso é que, desde 2007, a Algar Telecom obteve mais de R\$ 33 milhões de retorno com a criação de novas plataformas, processos e equipamentos, além de ganhos como a internalização do conhecimento e independência de fornecedores internacionais. Para fomentar ainda mais o tema, destinamos recursos para o desenvolvimento de ideias e projetos inovadores, com potencial de reduzir custos e tornar a Companhia mais competitiva. Nesse sentido, todos os esforços levaram a Companhia a ser eleita a mais inovadora do setor de telecomunicações em 2012, segundo o ranking elaborado pela consultoria A. T. Kearney e publicado pela revista Época Negócios.

Igualmente reconhecida é a nossa política de valorização dos talentos humanos. Mantemos uma trilha de carreira com oportunidades claras de crescimento, um modelo de gestão baseado na meritocracia e a preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar de nossos profissionais dentro e fora da Companhia. Neste sentido, o avanço mais significativo de 2012 foi a ampliação do PDI da Saúde, um programa para a promoção da qualidade de vida que inicialmente foi destinado aos executivos, para todos os associados.

Com a mesma dedicação, investimos em capacitação profissional. No último ano, merece destaque o programa Integrar, criado pela universidade corporativa do Grupo, a UniAlgar, especialmente para aproximar todos os associados da Algar Telecom aos objetivos estratégicos da Companhia. Em 2012, o aprimoramento dos profissionais contribuiu para o desenvolvimento dos serviços nos segmentos de Tecnologia de processos de negócios, centralizados na Algar Tecnologia, que teve o data center de Campinas (SP) ampliado em 30% de área para suportar o crescimento das operações, e da Engeset, que atua na área de engenharia de telecomunicações. Da mesma forma, na Algar Mídia, as atenções estiveram voltadas para a capacitação dos profissionais de venda nas especificidades das mídias eletrônicas, que têm grande potencial de crescimento em um futuro próximo.

O crescimento de nossas operações e também os outros avanços apresentados ao longo deste Relatório Anual derivam, ainda, das boas práticas de governança corporativa, que envolvem a atuação do Conselho de Administração,

Relatório da Administração

uma política de gestão de riscos que evoluiu bastante em 2012 e o compromisso com a sustentabilidade em todas as suas esferas.

Mais do que perenidade, o modelo de gestão da Algar Telecom busca a criação de valor a toda a sua cadeia de relacionamento. Assim, nossa política ambiental vai muito além do empenho para diminuir os impactos ambientais. O nosso propósito maior é o de oferecer condições e incentivos para que associados, clientes, fornecedores e comunidade também contribuam para o futuro do planeta. Este motivo, que internamente chamamos de Influência Verde, é sustentado por uma série de práticas que visam, por exemplo, eficiência energética, destinação correta de resíduos e redução da emissão de gases de efeito estufa. No âmbito social, a Algar Telecom investiu mais de R\$ 5 milhões em 2012. Os recursos, fruto de investimento direto da Companhia e leis de incentivo fiscal, foram destinados para ações educacionais desenvolvidas pelo Instituto Algar e também para eventos culturais realizados em quinze cidades em que a Companhia está presente.

Iniciamos o ano de 2013 prontos para os próximos desafios. Acreditamos em um cenário econômico mais favorável, o que fomentará a demanda no nicho empresarial, para o qual temos a nossa estratégia de expansão. Visualizamos também que os novos investimentos, somados às medidas regulatórias da Anatel, possibilitarão à Algar Telecom competir de maneira mais agressiva no mercado de telefonia celular. Porém, não temos dúvida, o sucesso da Companhia estará sempre atrelado à capacidade de proporcionar uma experiência diferente ao cliente. Portanto, além de infraestrutura, continuaremos a investir fortemente em inovação e gestão de talentos humanos.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que fazem parte da história da Algar Telecom - clientes, conselheiros, acionistas, reguladores, governo, credores, associados e fornecedores - e reiterar o compromisso de ser uma Companhia diferenciada, na qual o prazer de servir para a construção de um mundo melhor é um sentimento que contagia a todos.

Divino Sebastião de Souza

Diretor Presidente da Algar Telecom

Luiz Alberto Garcia

Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração

2. DESTAQUES DO ANO

- ✓ Número de acessos banda larga cresce 26% e atinge 420 mil; Unidades Geradoras de Receitas somam 2.276 mil, uma evolução de 16% se comparadas a 2011;
- ✓ Receita líquida consolidada atinge R\$ 1.811 milhões, um crescimento de 7,7% em relação a 2011;
- ✓ Receita bruta de soluções de voz e dados ao mercado corporativo da autorização e de serviços de Tecnologia de processos de negócios cresce 18% e 13% comparadas a 2011 respectivamente;
- ✓ Algar Telecom realiza sua 2ª emissão pública de debêntures e capta R\$ 294 milhões. A operação, que teve 63% de demanda adicional, foi enquadrada no Novo Mercado de Renda Fixa;
- ✓ Eleita em 1º lugar no *ranking* "As mais inovadoras no uso de TI", elaborado pela IT Mídia e em 10º Lugar no Best Innovator, prêmio que listou "As 20 empresas mais inovadoras do Brasil";
- ✓ Eleita novamente como uma das Melhores Empresas para Trabalhar pelo Instituto *Great Place to Work* e uma das melhores em TI e Telecom;
- ✓ Lucro líquido alcança R\$ 141 milhões, com margem líquida de 8%.

3. PERFIL

Companhia aberta, não listada em bolsa de valores, a Algar Telecom é uma empresa brasileira, pertencente ao Grupo Algar, que se diferencia pelo atendimento eficaz e relacionamento próximo ao cliente. Atua como controladora direta de seis subsidiárias, cujas soluções compõem um portfólio de produtos e serviços em três segmentos de negócios complementares.

O segmento de **Telecom** contempla telefonia fixa, internet banda larga (ADSL I, ADSL II, HFC, GPON e 3G), comunicação de dados, telefonia móvel, provedor de internet e TV por assinatura (DTH e cabo). A Algar Tecnologia responde pela oferta de serviços de **Tecnologia de processos de negócios**. Na área de **Negócios Complementares**, a Engeset atua na construção e manutenção de redes de telecomunicações, e a Algar Mídia responde pela produção de listas, guias telefônicos e outras soluções convergentes de mídia. Em 2012, esses três segmentos representaram, respectivamente, 76%, 19% e 5% da receita consolidada da Algar Telecom.

O portfólio de produtos e serviços, suportado por infraestrutura inovadora e de alto nível, atende a mais de 896 mil clientes no mercado corporativo e de varejo em todo o território nacional e está presente fisicamente em seis estados – Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná – e também do Distrito Federal. Todo o trabalho envolve uma equipe que somava, ao final do último exercício, 14.351 associados comprometidos com a Visão **GENTE SERVINDO GENTE**, herdada do comendador Alexandrino Garcia, fundador da CTBC (atual Algar Telecom) em 1954.

Do legado de crenças e valores do empreendedor também fazem parte atributos como gestão ética e transparente dos negócios, cultura de inovação, bem-estar dos associados e compromisso com o futuro do País, princípios que deram origem a uma sólida política de governança corporativa. As boas práticas são a base da gestão comprometida com o crescimento sustentável e a geração

Relatório da Administração

de valor a todos os *stakeholders*, o que levou a Algar Telecom a apurar, ao final do último exercício, a receita líquida consolidada de R\$ 1.811 milhões.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ambiente regulatório em 2012 foi marcado por um maior foco da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL em relação à qualidade da prestação dos serviços de telecomunicações e às relações de competição entre as operadoras.

Com relação à qualidade, merece destaque a obrigação das operadoras de serviços de Tv por assinatura, telefonia fixa e telefonia móvel terem que apresentar planos de melhoria da qualidade de prestação de serviço percebida pelos assinantes.

A ANATEL revisou as metas de qualidade de telefonia fixa e, por meio da Resolução nº 605 de 2012, aprovou um novo Regulamento de Gestão de Qualidade, que deverá entrar em vigor em junho de 2013.

Em novembro de 2012 deu-se a plena eficácia dos Regulamentos de Gestão de Qualidade de banda larga e de telefonia móvel, aprovados, respectivamente, pelas Resoluções 574 e 575, ambas de 2011.

No cenário de fomento à competição, a ANATEL promoveu mudanças estruturais no Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) por meio da Resolução 590 de 2012, que regulamenta a contratação de insumos de transmissão de telecomunicações entre duas operadoras.

Ainda com relação à competição, a ANATEL, por meio da Resolução nº 600 de 2012, aprovou o Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, instrumento de regulação econômica setorial que prevê ações de aprimoramento do ambiente concorrencial para o setor de telecomunicações brasileiro. Foram eleitos cinco mercados relevantes (rede de acesso, rede de transporte, terminação de chamadas em rede móveis, roaming nacional de voz e dados e infraestrutura passiva) e definidas medidas para que entraves concorrenciais percebidos fossem superados, desestimulando práticas anticompetitivas promovidas por operadoras detentoras de Poder de Mercado Significativo. Há também a previsão da criação de uma Entidade Supervisora de Ofertas de Atacado, responsável por gerenciar uma base de dados que comportará as ofertas realizadas pelas empresas indicadas como detentoras de Poder de Mercado Significativo pela ANATEL. O PGMC, por ser um instrumento dinâmico, será reavaliado periodicamente mediante provocação de qualquer interessado ou de ofício pela ANATEL.

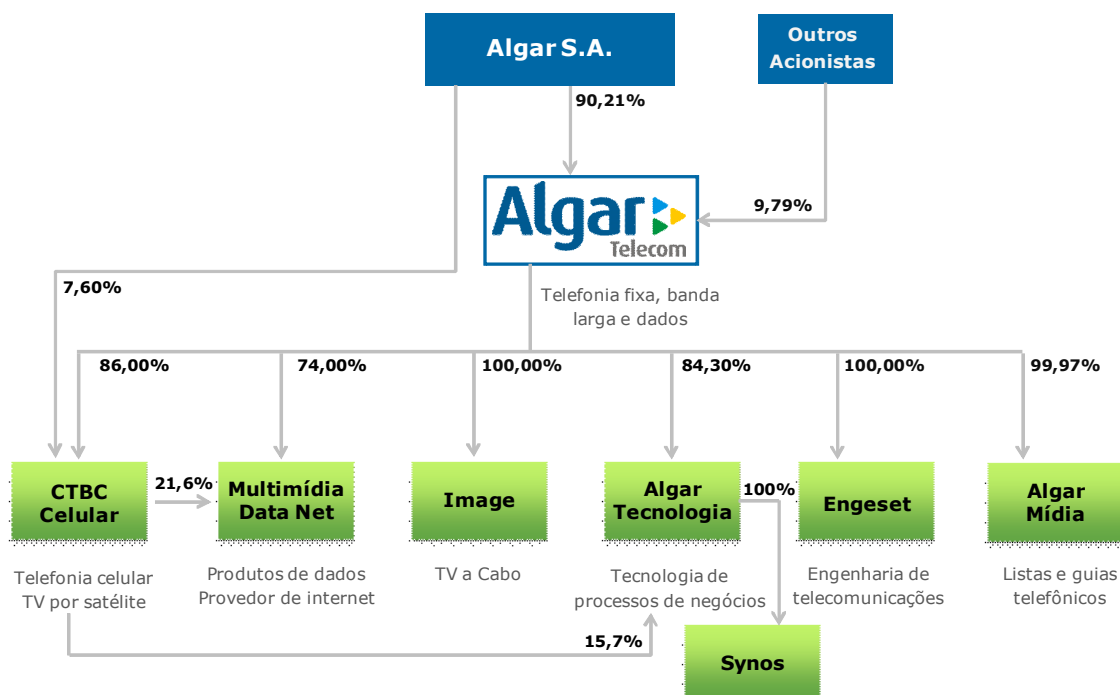
A Agência aprovou, ainda, alguns regulamentos relevantes para o setor de telecomunicações, a saber:

- Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (Resolução nº 581 de 2012), que tem como objeto a prestação do serviço de Tv por Assinatura no Brasil;
- Regulamento do Acesso Individual Classe Especial (Resolução nº 586 de 2012), que tem como objeto a prestação do serviço de telefonia fixa a público participantes de programas sociais do Governo Federal;
- Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (Resolução nº 589 de 2012);
- Regulamento de Fiscalização (Resolução nº 596 de 2012), que disciplina os procedimentos de fiscalização da ANATEL junto às operadoras de telecomunicações atuantes no Brasil;

Relatório da Administração

- Regulamento de Obrigações de Universalização (Resolução nº 598 de 2012), que disciplina a forma de cumprimento das obrigações de universalização de telefonia fixa.

5. ESTRUTURA ACIONÁRIA

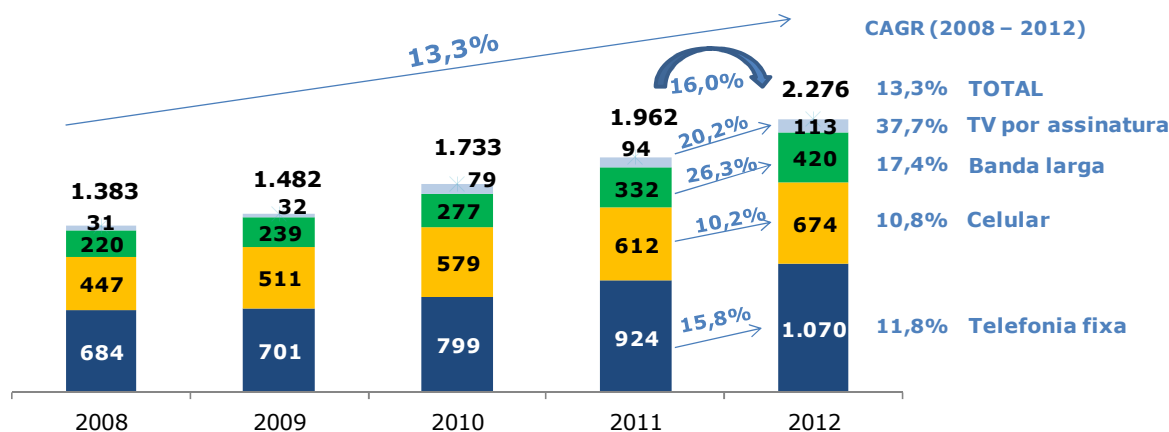


6. DESEMPENHO OPERACIONAL

TELECOM

Ao final de 2012, a Algar Telecom apresentava 2,3 milhões de Unidades Geradoras de Receitas (URG) em seu segmento de telecom, um incremento de 16,0% em relação a 2011. Os números abaixo retratam este comportamento.

Unidades Geradoras de Receitas – UGRs (mil)



Relatório da Administração

Telefonia fixa – alcançou 1.070 mil linhas fixas, um crescimento de 15,8% em relação ao ano anterior impulsionado tanto pela área de concessão quanto pela autorização. Na concessão, onde a atuação da Companhia é predominantemente no segmento varejo, as linhas fixas passaram de 693 mil para 760 mil refletindo a boa aceitação dos pacotes que combinam telefonia fixa, banda larga e TV. Na área de autorização, em que a Companhia atua no segmento corporativo, o crescimento foi de 33,9%, passando de 231 mil linhas para 310 mil, reflexo da crescente conquista de clientes nas cidades em torno de seu *backbone*.

Banda larga – atingiu 420 mil acessos, um crescimento de 26,3% em relação a 2011 evidenciando a confiança dos clientes no foco de qualidade da Companhia. Contribuíram para este crescimento os planos de internet Ultra Banda Larga, de até 100 Mbps, disponibilizada via rede de cabo HFC (rede híbrida de fibra óptica e cabos coaxiais) e GPON. Na tecnologia 3G, importante complemento de oferta, o número de clientes passou de 66 mil em 2011 para 93 mil em 2012, um crescimento de 65,0%.

Telefonia móvel – número de clientes somou 674 mil, uma evolução de 10,2% em relação a 2011. O segmento pós-pago apresentou crescimento de 2,7%, passando de 205 mil clientes, em dezembro de 2011, para 211 mil em 2012. O pré-pago, por sua vez, apresentou crescimento de 13,9%, e totalizou 463 mil clientes. Ao final de 2012, a Algar Telecom tinha 31% dos seus clientes móveis alocados em planos pós-pagos e ARPU (receita média por usuário) de R\$ 32,40.

TV por Assinatura – somaram 113 mil clientes ao final de 2012, um aumento de 20,2% se comparado a 2011. Em dezembro de 2012 a Companhia oferecia 44 canais HD tanto para planos de TV a cabo quanto satélite.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – (R\$ MILHÕES)

SUMÁRIO FINANCEIRO CONSOLIDADO	2011	2012	% var.
RECEITA BRUTA	2.156,5	2.338,7	8,4%
Telecom	1.659,2	1.770,4	6,7%
Tecnologia de processos de negócios	392,7	444,2	13,1%
Negócios Complementares	104,5	124,1	18,8%
RECEITA LÍQUIDA	1.682,2	1.811,5	7,7%
EBITDA	411,1	452,3	10,0%
LUCRO LÍQUIDO	* 144,4	141,0	-2,3%
INVESTIMENTOS	371,9	350,8	-5,7%
DÍVIDA LÍQUIDA **	636,5	738,7	16,1%
DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA	1,5	1,6	-

* Lucro líquido de 2011 impactado positivamente por R\$ 17,1 milhões de tributos diferidos sobre créditos fiscais.

** Não considera o mútuo ativo com a Algar S.A.

Relatório da Administração

Receita Bruta Consolidada

Em 2012, a receita bruta consolidada da Algar Telecom atingiu R\$ 2.338,7 milhões, 8,4% superior à de 2011, impulsionada principalmente pelos serviços de banda larga (35,4%), engenharia de telecomunicações (29,1%), voz e dados para o mercado corporativo da área de autorização (18,2%) e tecnologia de processos de negócios (13,1%). O perfil da receita evoluiu em linha com o planejamento estratégico da Companhia. Ao final de 2012 apenas 39% das receitas totais eram oriundas de voz, 33% já eram originárias de dados e banda larga, 19% de serviços de tecnologia de processos de negócios, 4% de TV, e 5% de outros serviços.

TELECOM

As receitas de serviços de telecom, que representaram 76% da receita total da Companhia em 2012, somaram R\$ 1.770,4 milhões, um crescimento de 6,7% em relação a 2011. Este aumento foi resultado, sobretudo, de maiores receitas de soluções de voz e dados ao mercado corporativo da área de autorização, banda larga e telefonia móvel, os quais mais do que compensaram a queda de receitas de tráfego local, longa distância e cartões, da telefonia fixa.

TECNOLOGIA DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS

A receita bruta consolidada do segmento de tecnologia de processos de negócios (19% da receita total) contabilizou R\$ 444,2 milhões em 2012, um aumento de 13,1% em comparação a 2011 - quando foram registrados R\$ 392,7 milhões. O crescimento foi decorrente de receitas de serviços de terceirização de processos maiores em 9,5% e do aumento de 34,8% nas receitas de TI. Ao final de 2012, os serviços de TI representavam 21,0% das receitas totais deste segmento.

NEGÓCIOS COMPLEMENTARES

Em 2012, a receita bruta consolidada gerada pelos negócios complementares da Algar Telecom somou R\$ 124,1 milhões comparados a R\$ 104,5 milhões em 2011, um aumento de 18,8%. Destaca-se o negócio de engenharia de telecomunicações, que apresentou um crescimento de 29,1%. O de listas e guias telefônicos, por sua vez, evoluiu 3,7%.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2012, a receita operacional líquida da Algar Telecom atingiu R\$ 1.811,5 milhões, uma evolução de 7,7% em relação a 2011 em razão dos movimentos citados anteriormente.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, aumentaram 6,9%, somando R\$ 1.359,0 milhões em 2012. Esse aumento é resultado, sobretudo, de maiores custos de pessoal e serviços de terceiros, parcialmente compensados por uma queda nos custos de interconexão.

Relatório da Administração

EBITDA

R\$ milhões			
EBITDA e margem	2011	2012	% var.
Telecom	361,8	376,3	4,0%
margem	29%	29%	-
Tec. de processos de negócios	36,1	58,9	63,4%
margem	9%	13%	-
Negócios complementares	13,1	16,2	23,4%
margem	8%	8%	-
EBITDA CONSOLIDADO	411,1	452,3	10,0%
margem	24%	25%	-

O EBITDA dos serviços de Telecom atingiu R\$ 376,3 milhões em 2012, um aumento de 4,0% em relação ao de 2011. A margem, por sua vez, permaneceu praticamente estável nos 29%.

O segmento de Tecnologia de processos de negócios apresentou EBITDA de R\$ 58,9 milhões em 2012, um crescimento de 63,4%. A margem foi de 12,9%, ante 8,7% em 2011. Este efeito é decorrente principalmente da melhor performance operacional, advinda de projetos de eficiência e qualidade, e do Plano Brasil Maior, que desonerou a folha de pagamentos para serviços de *contact center*.

O EBITDA dos negócios complementares foi de R\$ 16,2 milhões no ano, 23,4% maior que o de 2011 e margem de 8,3%, estável em relação ao ano anterior.

Como consequência dos movimentos citados acima, o EBITDA consolidado da Algar Telecom em 2012 foi de R\$ 452,3 milhões, 10,0% superior ao de 2011. A margem consolidada foi de 25,0%, 0,6 pp superior à do ano anterior.

Resultado Financeiro Líquido

As despesas financeiras líquidas da Algar Telecom somaram R\$ 82,4 milhões em 2012, uma queda de 5,8% em relação às de 2011 em razão, principalmente, da queda na taxa média do CDI.

Lucro Líquido

A Companhia apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 141,0 milhões no exercício social encerrado em 2012, ante R\$ 144,4 milhões em 2011. A margem foi de 7,8% em 2012 e 8,6% no ano anterior. É importante mencionar que no ano de 2011 o lucro líquido da Companhia foi impactado positivamente por um efeito não recorrente no valor de R\$ 17,1 milhões referente a tributos diferidos sobre créditos fiscais. Excluindo este efeito o resultado de 2011 é de R\$ 127,3 milhões, o que representa uma evolução de 10,8% no comparativo 2012 X 2011 e um aumento de 0,2 pp na margem líquida.

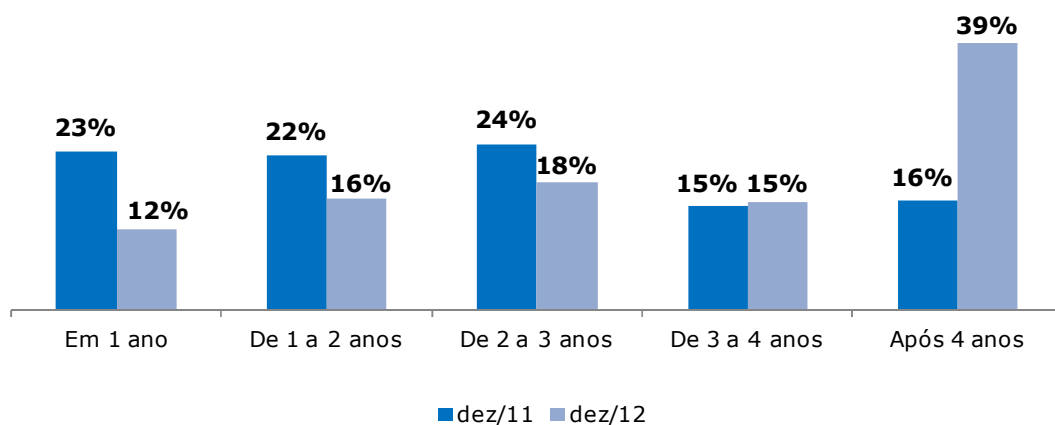
Relatório da Administração

8. ENDIVIDAMENTO

Ao final de 2012, a dívida bruta da Algar Telecom era de R\$ 925,5 milhões (R\$ 814,8 milhões em 2011). A dívida líquida, por sua vez, era de R\$ 738,7 milhões, ante R\$ 636,5 milhões em 2011. O aumento, de R\$ 102,2 milhões, é explicado pelas captações efetuadas para financiar parte dos investimentos do ano, os quais somaram R\$ 350,8 milhões.

Em 2012 a Companhia realizou sua 2ª emissão pública de debêntures não conversíveis. A emissão, ocorrida em novembro de 2012, resultou na captação de R\$ 293,9 milhões divididos em duas séries. A primeira, com prazo de 5 anos e remuneração em CDI + 1,40% a.a e, a segunda, com prazo de 7 anos e remuneração em IPCA + 6,00% a.a. Os recursos captados foram utilizados em parte para o resgate de debêntures da primeira emissão da Companhia e também para reforço do caixa. Com isto, houve uma melhoria significativa no perfil da dívida da Algar Telecom, com vencimentos melhor distribuídos nos próximos anos.

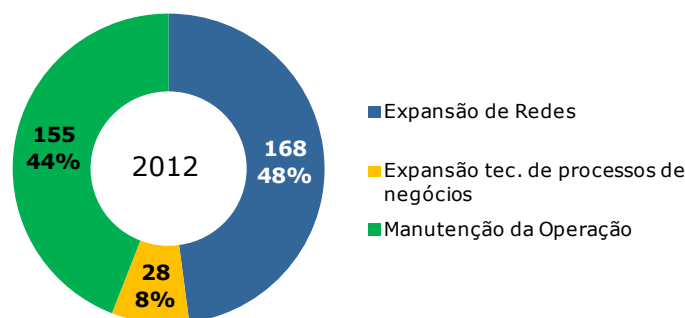
Cronograma de amortização da dívida bruta



9. INVESTIMENTOS

Em 2012 foram investidos R\$ 350,8 milhões para suportar o crescimento do ano e reforçar o posicionamento competitivo da Companhia nos anos seguintes. Do total de investimentos, 48% foi direcionado para a expansão de redes e o consequente crescimento dos serviços de dados, voz e TV. Outros 8% foram destinados para o crescimento dos serviços de tecnologia de processos de negócios e 44% para garantir a manutenção e a qualidade das operações.

Total de investimentos 2012: R\$ 350,8 milhões



Relatório da Administração

10. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O compromisso de transparência, prestação de contas, avaliação, monitoramento e mensuração de riscos sustenta o conjunto de práticas de governança corporativa da Algar Telecom, companhia aberta desde 2007, sem ações negociadas em bolsa de valores, ano em que realizou a primeira emissão pública de debêntures. O modelo conta com ferramentas para garantir a tomada segura de decisões, controlar e gerir os riscos corporativos, promover a sinergia entre todos os segmentos de negócios, valorizar os associados, disseminar a cultura interna e buscar melhorias que levem a Companhia a um patamar ainda maior de comprometimento e transparência com seus públicos de interesse.

Criado em 1999, o Conselho de Administração da Algar Telecom estabelece as diretrizes estratégicas da Companhia com a missão de zelar pela sustentabilidade de seus negócios, preservar suas crenças e valores e também garantir a harmonia entre os interesses familiares e de todos os demais *stakeholders*. Fazem parte de suas atribuições analisar e aprovar o orçamento anual e os planos estratégicos propostos pela Diretoria Executiva e fiscalizar o desempenho das empresas a longo prazo.

Os conselheiros são eleitos por Assembleia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. Em dezembro de 2012, o Conselho de Administração era composto por onze membros efetivos, sendo sete deles externos. O grupo se reúne ordinariamente seis vezes ao ano, de acordo com um calendário temático preestabelecido, e extraordinariamente, sempre que necessário.

O Conselho de Administração da Algar Telecom conta, ainda, com três comitês de assessoramento: Auditoria e Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Talentos Humanos. Os comitês são órgãos de apoio, que subsidiam as decisões do Conselho encaminhando, sem caráter deliberativo, recomendações embasadas em análise especializada de temas específicos, com o propósito de conferir maior assertividade e agilidade às resoluções.

As práticas adotadas pela Algar Telecom estão alinhadas com o modelo de governança corporativa do Grupo Algar, que tem como um dos pilares a harmonia entre os interesses da família controladora e as necessidades empresariais e se tornou uma referência para outras empresas no Brasil e no exterior.

11. POLÍTICA DE TALENTOS HUMANOS

Os profissionais da Algar Telecom são chamados de **associados** e a área que trata das políticas voltadas ao público interno é a área de **Talentos Humanos**. Mais do que simples palavras, as designações escolhidas exprimem o profundo respeito com que são tratadas as pessoas que dão alma à Companhia. Além disso, está alinhada ao modelo de gestão Empresa-Rede.

O fundador do grupo, o comendador Alexandrino Garcia, sempre considerou cada trabalhador como um agente de transformação de fundamental importância para a perenidade dos negócios. Afinal, a disposição para desempenhar suas funções da melhor forma e o carinho e dedicação na hora de atender o cliente são atributos bastante pessoais. A partir deste conceito, com o propósito de fazer despertar o talento nato de cada um, desenvolveu-se de maneira muito espontânea uma cultura de valorização das pessoas que fazem a Companhia acontecer.

Para manter a motivação, a paixão por atender bem traduzida na Visão **GENTE SERVINDO GENTE**, a área de Talentos Humanos atua, juntamente com a universidade corporativa do Grupo Algar, na busca de ferramentas capazes de valorizar cada integrante da organização nos aspectos pessoal e profissional, promovendo qualidade de vida, bem-estar e desenvolvimento de carreira.

Relatório da Administração

Em 2012, a política de valorização de talentos da Algar Telecom foi novamente reconhecida por meio de prêmios. A Companhia foi listada no ranking das melhores empresas para se trabalhar no Brasil elaborado pela revista Época e entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil em TI e Telecom da revista Computerworld.

Em dezembro de 2012 a Algar Telecom contava com 14.351 associados distribuídos em seus 3 segmentos de negócios.

Número de associados	2012
Telecom	1.815
Tecnologia de Processos de Negócios	10.096
Negócios Complementares	2.440
TOTAL	14.351

12. SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

A Algar Telecom acredita que inspirar pessoas para a prática de atitudes sustentáveis pode mudar o futuro do planeta. A mesma convicção é compartilhada por todas as empresas do Grupo Algar, que é signatário do Pacto Global – iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

O movimento para inspirar pessoas da Algar Telecom reúne práticas que envolvem todos os públicos com os quais a Companhia se relaciona e está apoiado em três pilares de sustentabilidade: econômica, ambiental e social.

Para garantir a sua sustentabilidade econômica, a Companhia mantém um modelo de gestão eficiente e uma sólida política de governança corporativa, que possibilita, no presente, a tomada de decisões acertadas que irão definir o futuro da Companhia. O pilar ambiental da sustentabilidade é tratado por uma gestão consciente, com práticas voltadas a envolver toda a rede de relacionamento na missão de preservar o ecossistema. Por fim, as ações de sustentabilidade social estão focadas no desenvolvimento das comunidades em que a Algar Telecom atua por meio de projetos voltados à educação.

13. PERSPECTIVAS

O cenário atual do mercado de telecomunicações no Brasil aponta boas perspectivas para todas as áreas de atuação da Algar Telecom e os resultados obtidos no último ano demonstram que a Companhia possui uma estratégia acertada e vencedora, capaz de garantir o seu crescimento sustentável.

Sempre à frente das novas tecnologias, a Algar Telecom está em fase avançada de migração da rede para a NGN (*Next Generation Networks*), capaz de escoar todo o tráfego de voz, dados e imagens em uma única rede, mais flexível e de alta capacidade.

O aprimoramento da infraestrutura de telecom é primordial para a evolução dos negócios nas áreas de concessão e autorização e, ainda, para alavancar a carteira de clientes corporativos, que é o principal *driver* de crescimento da Companhia. Em 2013, mantém-se a estratégia de expandir a atuação radialmente nas cidades ao redor do *backbone* existente e, ao mesmo tempo, fortalecer a marca para ampliar a sua penetração no mercado das regiões geográficas em que já atua. A inauguração da sede do Grupo Algar em São Paulo,

Relatório da Administração

em 2012, e em Belo Horizonte, em 2013, contribuirá para este propósito nos próximos anos.

Outro ponto favorável para aumentar a participação no mercado empresarial é o Clube Corporativo Prime, que atende os principais clientes de maneira unificada. A nova estratégia de venda, que mostrou resultados bastante positivos no último exercício, será ampliada para um maior número de clientes em 2013.

No segmento de Tecnologia de processos de negócios, a estratégia é continuar a investir em infraestrutura e na oferta de soluções inovadoras, desenvolvidas sob medida para os clientes. Em Negócios complementares, a Engeset, que tem função estratégica para o desenvolvimento do segmento de Telecom, conta com um mercado endereçável bastante favorável à sua expansão. A Algar Mídia, para continuar a ser um importante elo entre as pequenas e médias empresas e seu público alvo, tem como desafio o desenvolvimento das novas mídias eletrônicas. Seu maior potencial de crescimento está no segmento de mídia de exposição (ferramentas de voz e monitores instalados em áreas de grande circulação e concentração de pessoas), mas também devem trazer bons resultados em 2013 a unificação das equipes de vendas impressa e *on-line* que atuam nos segmentos de mídia de atualização (jornal) e consulta (listas).

Na área de governança corporativa, o ano de 2013 será voltado à execução dos planos de mitigação de riscos traçados nos últimos dois anos. Em sustentabilidade, a Algar Telecom mantém o compromisso de ser uma Empresa Verde, dando sequência às ações para a redução de energia e na emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), e de contribuir com a sociedade nas cidades em que atua, por meio das ações educacionais do Instituto Algar.

Tão importante para o futuro como a eficiência, a produtividade e a responsabilidade empresarial, o aprimoramento da qualidade de relacionamento seguirá, em 2013, como um dos principais desafios da Algar Telecom. A Companhia não tem dúvidas de que o seu diferencial é resultado da sua capacidade de proporcionar uma experiência diferente ao cliente. Para tanto, continuará a investir fortemente em inovação e gestão de talentos humanos.

14. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes. Conforme o disposto na Instrução CVM nº 381/03, art. 2º, informamos que neste exercício, a referida empresa não prestou quaisquer outros serviços que não de auditoria para a Algar Telecom.

O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a dados operacionais tais como unidades geradoras de receita, linhas em serviço, número de clientes e de associados, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Financeiras e consequentemente não foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (“CTBC Telecom” ou “Companhia”), com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, é uma sociedade por ações de capital aberto. As suas principais atividades compreendem a prestação de serviços de telefonia fixa e comunicação de dados, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”). A Companhia é a *holding* operacional do segmento de tecnologia e telecomunicações do Grupo Algar, cujas operações, incluindo as exercidas por suas controladas, abrangem a prestação de serviços de telefonia celular, telecomunicações e multimídia, *Contact Center*, *Business Process Outsourcing* (“BPO”), TI e consultoria especializada. Abrangem ainda serviços gráficos, edição de jornais e listas telefônicas, TV a Cabo, serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite (“DTH”), comunicação de dados, internet em banda larga, *Data Center*, engenharia de telecomunicações e outros relacionados com as atividades de telecomunicações.

Contexto operacional das principais controladas

O contexto operacional das principais controladas, todas sediadas em Uberlândia-MG, é detalhado a seguir:

CTBC Celular S.A. (“CTBC Celular”) - A sociedade é prestadora de Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) compreendendo grande parte da região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul. Explora o serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite (DTH) por tempo indeterminado, autorizado pela ANATEL e está autorizada a oferecer serviços SMP na modalidade 3G em mais de 230 cidades do Estado de Minas Gerais, conforme licença para exploração da Banda H.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A. (“Algar Tecnologia”) – As suas principais atividades operacionais são a prestação de serviços de *Contact Center*, *BPO (Business Process Outsourcing)*, suporte técnico de informática à distância, desenvolvimento, implantação, operacionalização e gerência de aplicativos e programas, soluções de conectividade, para acesso, armazenamento e recuperação de dados. Inclui, ainda, treinamento em tecnologia da informação, promoção de importação e locação de equipamentos e acessórios ligados às atividades acima, dentre outros serviços integrados de relacionamento entre clientes e os seus consumidores.

CTBC Multimídia Data Net S.A. (“CTBC Multimídia”) - É provedora de serviços de rede privada de telecomunicações SCM (serviço de comutação multimídia), presta serviços de comunicação convergente em banda larga e acesso à internet e oferece serviços de *co-location* e *hosting*.

Engeset - Engenharia Serviços de Telecomunicações S.A. (“Engeset”) - As suas operações compreendem a construção civil e a assessoria e prestação de serviços em projetos de engenharia.

Image Telecom TV Vídeo Cabo Ltda. (“Image”) - Exerce a atividade de distribuição de sinais

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

de televisão por assinatura e serviços de acesso à internet, através de sua rede de cabos nas cidades de Uberlândia e Araguari.

Algar Mídia S.A. (“Algar Mídia”), anteriormente denominada S.A. Brasileira de Empreendimentos – SABE, o seu objeto social é composto por atividades de prestação de serviços gráficos encomendados, edição de jornais, listas e guias telefônicas, periódicos, revistas e livros.

Concessões e autorizações

Os serviços ofertados pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. Neste contexto, a Companhia e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image possuem as seguintes concessões e autorizações:

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
CTBC Telecom	Concessão para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”)	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul	31/12/2025
CTBC Telecom	Autorização para prestação de serviços, STFC, longa distância nacional e internacional	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
CTBC Celular	Autorizações, adaptadas em Termos de Autorização do Serviço Móvel Pessoal “SMP”	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul	21/01/2023
CTBC Celular	Autorização para prestação de serviços de telefonia com a tecnologia 3G (“terceira geração”), nas frequências em 1.900 Mhz e 2.100 Mhz	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul	28/04/2023, renováveis por mais 15 anos
CTBC Celular	Autorização para exploração do serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite (DTH)	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
CTBC Celular	Autorização para prestação de serviços de telefonia com a tecnologia 3G, na frequência 1.800 Mhz, denominado	Estado de Minas Gerais, em cidades com códigos de área 34, 35 e 37.	28/04/2023 renováveis por mais 15 anos

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
	Banda H		
CTBC Multimídia	Autorização para prestação de serviço de comunicação de multimídia	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
Image	Concessão de serviço de TV a cabo e adaptação ao Serviço de Acesso Condicionado	Cidades de Uberlândia e Araguari, ambas em Minas Gerais	Indeterminado

Eventos societários ocorridos em 2011 e 2012**a. Incorporação e cisão de sociedades**

Em 2 de abril de 2011, a controlada Sabe Participações foi incorporada por sua controlada direta Algar Mídia, controlada indireta da Companhia. Com essa operação a Algar Mídia passou à condição de controlada direta da Companhia, que detém 99,97% da totalidade das ações constitutivas do seu capital social.

Em 1º de outubro de 2012 a controlada Algar Tecnologia e a controlada indireta Synos realizaram a unificação da atividade de TI (Tecnologia da informação) em única sociedade, mediante cisão dessa atividade da Algar Tecnologia, cujo acervo patrimonial cindido foi incorporado pela Synos, conforme aprovado por Assembleia Geral Extraordinária.

A operação resultou no aumento de capital da Synos, no valor de R\$ 38.221, correspondente à parcela incorporada representativa da atividade de TI absorvida, transferida da Algar Tecnologia. As participações societárias percentuais nas sociedades cindida e incorporadora permaneceram as mesmas conforme composição do capital configurada anteriormente a essa operação.

b. Aumento de capital em controladas:*CTBC Celular*

A Assembleia Geral Extraordinária de 16 de setembro de 2011 ratificou o aumento do capital social da controlada CTBC Celular mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) de R\$ 72.500, aportado pela Companhia, correspondendo a 387.867 ações nominativas sem valor nominal. No mesmo Ato societário de 16 de setembro de 2011 acionistas não controladores integralizaram capital na Companhia no valor de R\$ 13.368, correspondendo a 71.520 ações nominativas sem valor nominal. Com isso, o capital social da controlada CTBC Celular teve um aumento de R\$ 85.868, com emissão de 459.387 novas ações, sendo 249.715 ações ordinárias e 209.672 ações preferenciais.

Image

Em dezembro de 2012 a Companhia integralizou capital na controlada Image no montante de R\$ 13.000, mediante aporte direto em moeda corrente. A composição do capital social da Image permaneceu a mesma, continuando a Companhia deter 100% de participação societária.

c. Grupamento de ações em controladas

Em 8 de Outubro de 2012, as Assembleias Gerais Extraordinárias, convocadas para esta finalidade, aprovaram os grupamentos das ações constitutivas dos capitais sociais das controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia. O grupamento na CTBC Celular foi realizado à

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

razão de 20/1, ou seja, 20 (vinte) ações para 1 (uma) ação e na CTBC Multimídia o grupamento foi de 150/1, significando 150 (cento e cinquenta) ações para 1 (uma) ação.

O prazo legal garantido aos acionistas para integralização complementar de capital, visando à transformação da fração de ação apurada no processo de grupamento em ação inteira, foi de 30 (trinta) dias a contar da publicação das atas das assembleias que deliberaram sobre o assunto.

As frações de ações subsistentes foram convertidas em valor com base no valor patrimonial da ação de 30 de Setembro de 2012 das respectivas controladas e contabilizado no passivo circulante como valores a restituir aos acionistas, em contrapartida da conta contábil reserva de retenção de lucros, no patrimônio líquido. O valor total a restituir, à disposição dos acionistas é R\$ 9.934, sendo R\$ 3.536 apurados pela CTBC Celular e R\$ 6.398 apurados pela Multimídia.

2 Bases de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

- As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), inclusive normas emanadas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP, inclusive normas emanadas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM);

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. Para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 26 de fevereiro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 5 - Contas a receber e provisão para redução ao valor recuperável

Nota Explicativa 7 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nota Explicativa 9 - Intangível

Nota Explicativa 10 - Imobilizado

Nota Explicativa 16 - Provisões e depósitos judiciais

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 5 - Contas a receber e provisão para redução ao valor recuperável

Nota Explicativa 7 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nota Explicativa 9 - Intangível

Nota Explicativa 10 - Imobilizado

Nota Explicativa 16 - Provisões e depósitos judiciais

e. Reclassificações contábeis reportáveis

Para fins de apresentação das informações contábeis individuais e consolidadas, em bases comparativas com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, foram efetuadas reclassificações de certas rubricas contábeis das demonstrações financeiras originalmente divulgadas em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

2011						
Consolidado				Individual		
Nota	Saldo original- mente apresentado	Valor reclassi- ficado	Saldo após reclassi- ficação	Saldo original- mente apresentado	Valor reclassi- ficado	Saldo após reclassi- ficação
Ativo						
	495.591	-	495.591	210.985	-	210.985
Circulante						
Não circulante	1.550.894	(136.798)	1.414.096	1.161.253	(61.637)	1.099.616
Total do ativo	2.046.485	(136.798)	1.909.687	1.372.238	(61.637)	1.310.601
Passivo e patrimônio líquido						
	546.144	-	546.144	284.274	-	284.274
Circulante						
Não circulante	920.997	(136.798)	784.199	554.422	(61.637)	492.785
Patrimônio líquido	579.344	-	579.344	533.542	-	533.542
Total do passivo e patrimônio líquido	2.046.485	(136.798)	1.909.687	1.372.238	(61.637)	1.310.601

i. Depósitos judiciais e provisões

Os saldos das provisões no passivo não circulante estão apresentados pelo valor líquido, com a dedução dos depósitos judiciais correspondentes a esses passivos. Em 31 de dezembro de 2011 o valor originalmente apresentado pela Companhia no saldo das provisões foi R\$ 95.782 (R\$ 186.923 consolidado), sendo os valores de depósitos judiciais deduzidos de R\$34.861 (R\$ 74.305 consolidado).

ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos estão apresentados pelo valor líquido, em virtude da aplicabilidade da compensação prevista no CPC 32, parágrafo 74. Os saldos dos tributos diferidos passivos de 31 de dezembro de 2011 registrados no não circulante foram reclassificados pela Companhia, contra os valores ativos, no montante de R\$ 26.776, compondo um valor ativo líquido de R\$ 20.772. No consolidado a reclassificação dos tributos diferidos passivos foi de R\$ 62.493, resultando no valor ativo líquido de R\$ 45.285.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

a. Bases de consolidação**a.1 Controladas**

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, tem poder que lhe assegure, de forma permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

a.2 Controladas diretas e indiretas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	Participação percentual (%)			
	No capital social		No capital votante	
	2012	2011	2012	2011
Participação direta:				
CTBC Celular	86,03	84,43	94,75	94,13
CTBC Multimídia	74,01	72,48	90,05	89,47
Image	100	100	100	100
Algar Tecnologia	84,27	84,27	84,34	84,34
Engeset	100	100	100	100
Algar Mídia	99,97	99,97	99,97	99,97
Participação indireta:				
CTBC Multimídia	18,59	17,87	8,02	7,91
Algar Tecnologia	13,21	13,21	14,72	14,72
Synos	84,27	84,27	84,34	84,34

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas as informações contábeis individuais das controladas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados das empresas incluídas na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

As participações de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado são destacadas em rubrica própria nas demonstrações financeiras.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira, convertido pela taxa correspondente ao final do exercício.

Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

valor justo são convertidos para a moeda funcional da entidade na taxa correspondente ao fechamento do período que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa da data da transação.

c. Instrumentos financeiros

c.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia e de suas controladas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual os riscos e benefícios da titularidade são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

c.2 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado do exercício.

c.3 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, e são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Eventual venda ou reclassificação de valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de vencimento poderia resultar na reclassificação de todos esses investimentos como disponíveis para venda. Com isso impediria a classificação de títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

c.4 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial sob esse conceito, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

No caso da Companhia e controladas os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e, eventualmente, outros recebíveis.

c.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para gerenciar e diminuir os riscos de exposição a flutuações nas taxas de câmbio, sendo todos eles registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, além de instrumentos financeiros derivativos (“Swap”).

Ativos circulantes e não circulantes

d. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço. Incluem, ainda valores a receber de uso da rede e valores a receber decorrentes das vendas de aparelhos celulares e acessórios.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é a receita bruta, no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

f. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos com transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. São representados por aparelhos celulares e acessórios e materiais de manutenção. Os valores dos estoques não excedem o valor de mercado.

g. Investimentos

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e em coligadas nas quais a Companhia exerce influência administrativa significativa ou participe com 20% ou mais do capital votante, bem como os investimentos em sociedades do mesmo grupo ou que estejam sob o controle comum.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável.

h. Imobilizado

h.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria entidade incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para os fins previstos pela entidade, além de custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele desse ativo.

Quando partes de um item do ativo imobilizado possuem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação com o valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada deste ativo, e são reconhecidos pelo valor líquido desta diferença diretamente no resultado do exercício.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

h.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

h.3 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, o qual reflete mais adequadamente o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente, assim como para o período comparativo são apresentadas conforme quadro baixo.

	Vida útil média em anos	
	2012	2011
Edifícios e benfeitorias	39	20
Equipamentos de comutação	9	10
Equipamentos de terminais	6	4
Equipamentos e meios de transmissão	18	17
Equipamentos de energia e climatização	12	11
Infraestruturas	33	33
Veículos	8	6
Móveis e utensílios	12	10
Equipamentos de Processamento de Dados	6	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

j. Intangível e ágio

j.1 Ágio

O ágio resultante na aquisição de negócios é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável.

j.2 Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à comercialização de produtos e serviços novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente quando os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, o produto ou serviço for viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis e a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de implantação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

j.3 Concessões e autorizações

A Companhia reconhece um ativo intangível, decorrente de contratos de concessão ou autorização, quando comprovada a utilização pelos usuários finais de infraestrutura ou de algum direito de exploração, como nos casos do direito de uso do espectro de ondas de radiofrequência - PPDUR e direito de uso de *Backbone*, entre outros.

Um ativo intangível recebido em pagamento para construção de infraestrutura ou expansão de serviços é mensurado ao valor justo no momento inicial de reconhecimento.

j.4 Outros ativos intangíveis

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

j.5 Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

j.6 Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis para o período corrente, assim como para os períodos comparativos, são:

	Vida útil média em anos	
	2012	2011
Sistemas de Informação (i)	7	7
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	13	14
Direito de uso TV por Satélite-DTH (ii)	7	6
Direito do uso de <i>Backbone</i> (iii)	9	9
Marcas e Patentes	5	7
Outorgas regulatórias (iv)	14	14

- (i) As vidas úteis são definidas de acordo com a expectativa de utilização dos sistemas. Em 2011 foi adquirido ferramentas de gestão de processos para gestão de BackOffice com vida útil de 13 anos.
- (ii) As vidas úteis são conforme contratos. Em 2011 foi adquirida a licença DTH com vida útil de 6 anos
- (iii) As vidas úteis são de acordo com os prazos dos contratos
- (iv) As vidas úteis são de acordo com os prazos dos contratos e foi adquirida a outorga de banda H em 2011, com vida útil de 11 anos.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

k.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor. Pode incluir, também, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições que considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

k.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto de ativos individualizados quanto em nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. A esse procedimento são incluídos os ajustes para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base o histórico de perdas das controladas que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 90 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

k.3 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais.

Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

l. Concessão de serviços de telecomunicações a pagar

Registrada com base em atos expedidos pela ANATEL no percentual de 2% da receita líquida abrangida pela concessão, relativa ao serviço telefônico fixo comutado, apurada no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para contingência é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

n. Benefícios a empregados

n.1 Plano de pensão

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais, serviços são prestados pelos empregados.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

n.2 Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado.

A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia e suas controladas praticam a divulgação dos tributos diferidos ativos ou passivos líquidos nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p. Reconhecimento de receitas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

p.1 Venda de serviços

As receitas relativas aos serviços de telefonia são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de assinatura, de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes e clientes. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. As receitas referentes às vendas dos créditos de recarga de telefones celulares pré-pagos são diferidas e reconhecidas ao resultado à medida que estes são efetivamente consumidos.

p.2 Venda de bens

A venda de bens que fazem parte das atividades ordinárias da Companhia e suas controladas é mensurada ao valor justo dos valores recebidos ou recebíveis, líquidos de devoluções, descontos comerciais e abatimentos monetários sobre certos tipos de transações. A receita é reconhecida quando: (i) há evidência persuasiva da existência, geralmente na forma de contratos de venda já celebrados entre as partes, nos quais (ii) os riscos e benefícios da propriedade do bem tenham sido transferidos ao comprador, e que (iii) os custos associados possam ser mensurados de forma confiável, assim como (iv) as possíveis devoluções destes bens, (v) quando não há mais envolvimento da gerência da Companhia e suas controladas sobre os bens vendidos e (vi) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

p.3 Operações de permuta de bens e serviços

As entidades CTBC Telecom e CTBC Multimídia possuem operações de permuta de ativos e de serviços, ou seja, troca de serviços e troca de infraestruturas com empresas do mesmo setor ou de setores distintos. Tais receitas são reconhecidas mensalmente.

A permuta de infraestrutura visa, principalmente, garantir a redundância dos serviços prestados pelas entidades, como estratégia de garantia da continuidade dos serviços no caso de danos causados às redes ou aos sistemas informatizados, ou a qualquer outra eventualidade que possa comprometer a prestação de serviços pelas entidades. Isto objetiva reduzir, ou mesmo eliminar os riscos aos clientes finais destes serviços.

Certas operações de permuta não caracterizam uma operação comercial. Nas operações com esta característica a Companhia e suas controladas não reconhecem receitas nem custos nas demonstrações dos resultados dos exercícios – reconhecendo somente os impostos incidentes no faturamento destes contratos de permuta de infraestrutura.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

As transações de permuta que tenham essência comercial são reconhecidas normalmente como operações normais, ou seja, suas receitas e seus custos são reconhecidos como em qualquer outra operação comercial da Companhia.

p.4 *Contratos de construção*

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão desse contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor.

q. *Subvenções governamentais*

Subvenções governamentais incondicionais, quando caracterizada como um recebível, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício sob a rubrica de outras receitas operacionais.

Subvenções governamentais que tenham condições de serem cumpridas antes de ter adquirido o direito a tais subvenções são reconhecidas como receitas diferidas pelo seu valor justo quando há uma razoável segurança de que as condições serão realmente cumpridas e que a Companhia seguramente terá o direito de receber tais subvenções.

Subvenções que caracterizam uma compensação ou reembolso de despesas já incorridas pela controlada Algar Tecnologia são reconhecidas no resultado do exercício sob a rubrica de outras receitas operacionais, de forma sistemática, nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas. Subvenções que caracterizam uma compensação ou reembolso de custos da construção de um ativo, quando incorridas são reconhecidas no resultado do exercício de forma sistemática com base na vida útil do ativo referido.

r. *Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia e suas controladas, incluindo rendimentos de aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e de provisões, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

ativos financeiros (“*impairment*”) e perdas em instrumentos financeiros derivativos reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstrados líquidos, no resultado do exercício.

s. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, quando existentes, no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

t. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

u. Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os relatórios internos fornecidos aos membros da Diretoria Executiva, que são os responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

A Diretoria Executiva definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, os quais estão segmentados principalmente entre os tipos de serviços prestados.

Os segmentos definidos são os seguintes:

- Telecom – prestação de serviços de telefonia fixa, internet banda larga, comunicação de dados, telefonia celular e TV por assinatura.
- BPO/TI – atuação no mercado corporativo oferecendo soluções em tecnologia para processos de negócios, por meio de infraestrutura de TI, serviços gerenciados, aplicações de negócios, gestão de negócios e relacionamento com o cliente.
- Negócios complementares - incluem soluções completas em infraestrutura de tecnologia da informação e telecomunicações e veículos de comunicação como: lista telefônica, guias e jornais.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas na Nota Explicativa 28. O desempenho é avaliado com base no EBITDA do segmento uma vez que a administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

v. Patrimônio líquido

v.1 Reservas, dividendos e juros sobre o capital próprio

- *Reserva de lucros* - Refere-se a uma modalidade de destinação do lucro líquido do exercício, sendo aplicável à Companhia, nos exercícios reportados, a reserva legal e a reserva de retenção de lucros.

- *Reserva legal* - A Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros* - A partir das exigências da Lei 11.638/2007 a Companhia reclassificou os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento aprovado em Assembleia de Acionistas.

- *Dividendos e juros sobre o capital próprio* - É assegurado aos detentores das ações preferenciais (sem direito a voto) da Companhia, o reembolso de capital, cabendo-lhes dividendos 10% maiores em relação às ações ordinárias. Os juros sobre o capital próprio creditados no decorrer do exercício foram calculados com base na Lei nº 9.249/1995. Para fins de atendimento às disposições tributárias, os juros sobre capital próprio a pagar são contabilizados como despesa financeira. Todavia, na elaboração das demonstrações financeiras, a despesa de juros sobre o capital próprio é reclassificada para a conta de lucros acumulados, demonstrado como distribuição de resultados, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil.

w. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Swaps de taxas de juros

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e suas controladas e contraparte quando apropriado.

ii. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

x. Novas normas e interpretações emitidas ainda não em vigor

Ao final do exercício de 2012 existiam novas normas, alterações de normas e interpretações com efetividade prevista para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013 e, portanto, essas normas não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e controladas estão mencionadas abaixo e não há intenção de adotá-las, de forma antecipada.

a. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) poderá causar um impacto nos ativos financeiros consolidados.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

b. IFRS 10 Consolidated Financial Statements (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas), IFRS 11 Joint Arrangements (Negócios em conjunto) (CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto) e IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities (Divulgação de Participações em Outras Entidades) (CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades)

O IFRS 10 / CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado. No momento essa previsão não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e controladas, visto não ser aplicável mudança na forma atual de contabilização dos investimentos em investidas, por não haver negócios em conjunto na sua estrutura organizacional de consolidação.

c. CPC 46 – Mensuração do valor Justo (IFRS 13 Fair Value Measurement)

O IFRS 13, recepcionado pelo CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está contemplada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. Esta norma será efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

d. CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (Amendments to IAS 19 Employee Benefits -2011)

O IAS 19 refletido no CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para tornar clara a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais não deve ter impacto relevante no Grupo. Entretanto, quando aplicável, a Companhia e controladas talvez tenha que avaliar o impacto das mudanças nos princípios de mensuração do retorno esperado sobre os ativos do plano. Esta norma terá efetividade para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	37.816	27.497	3.848	8.454
Aplicações de liquidez imediata	149.011	150.756	107.264	87.546
	<u>186.827</u>	<u>178.253</u>	<u>111.112</u>	<u>96.000</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço.

A Companhia e suas controladas não possuem aplicações financeiras como garantia de empréstimos e financiamentos. Contudo, a Companhia e a controlada Image possuem aplicações financeiras dadas como garantia de fianças bancárias da própria Companhia e da controlada CTBC Multimídia, respectivamente. Essas aplicações financeiras estão contabilmente registradas no ativo não circulante.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na Nota Explicativa 28.

5 Contas a receber

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Valores Faturados	273.965	237.187	98.350	83.326
Valores não Faturados	119.264	65.509	53.813	24.583
	<u>393.229</u>	<u>302.696</u>	<u>152.163</u>	<u>107.909</u>
Provisão para redução ao valor recuperável	(75.109)	(62.968)	(36.899)	(33.558)
	<u>318.120</u>	<u>239.728</u>	<u>115.264</u>	<u>74.351</u>

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são classificados como empréstimos e recebíveis demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota Explicativa 28.

- a. A composição por idade dos valores a receber vencidos é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Vencidos até 30 dias	47.313	48.608	22.307	17.538
Vencidos entre 31 e 60 dias	14.741	15.531	6.941	4.451
Vencidos entre 61 e 90 dias	7.842	5.274	3.223	2.126
Vencidos entre 91 e 120 dias	5.377	6.119	2.212	1.834
Vencidos há mais de 120 dias	72.019	60.346	32.503	30.669
	147.292	135.878	67.186	56.618

b. Movimentação da provisão para redução ao valor de realização é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	(62.968)	(58.432)	(33.558)	(35.911)
Constituição de provisão no período	(25.884)	(15.883)	(10.358)	(7.404)
Baixas contra contas a receber	13.743	11.347	7.017	9.757
Saldo Final	(75.109)	(62.968)	(36.899)	(33.558)

6 Tributos a recuperar

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
ICMS - ativo imobilizado	42.382	37.828	22.272	21.024
COFINS	2.291	712	228	32
PIS	504	331	49	21
IRPJ/CSLL	8.673	9.587	2.497	16
IRRF	4.477	3.237	145	406
INSS	1.814	2.580	30	-
ICMS a restituir	7.077	8.216	915	1.047
ISS	3.564	2.937	269	301
Outros	960	4.283	746	2.843
	71.741	69.711	27.151	25.690
A ativo circulante	39.554	39.809	9.968	9.286
A ativo não circulante	32.187	29.902	17.183	16.404

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Os valores correspondentes ao “ICMS - ativo imobilizado” referem-se a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000.

7 Imposto de renda e contribuição social**a. Imposto de renda e contribuição social a compensar (pagar)**

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	(41.992)	(41.799)	(17.990)	(15.122)
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	32.993	40.990	12.970	17.504
	<u>(8.999)</u>	<u>(809)</u>	<u>(5.020)</u>	<u>2.382</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Imposto de renda:				
Prejuízos fiscais	23.591	34.364	9.892	15.938
Provisões e outras	52.173	44.805	20.616	18.964
	<u>75.764</u>	<u>79.169</u>	<u>30.508</u>	<u>34.902</u>
Contribuição social:				
Base negativa	8.574	12.451	3.642	5.819
Provisões e outras	18.811	16.158	7.422	6.827
	<u>27.385</u>	<u>28.609</u>	<u>11.064</u>	<u>12.646</u>
Total do ativo não circulante	<u>103.149</u>	<u>107.778</u>	<u>41.572</u>	<u>47.548</u>
Passivo				
Imposto de renda:				
Exclusões temporárias	11.894	11.629	11.629	11.629
Custo atribuído e outros	10.579	10.610	-	-
Lei 11.638/2007 e outros	34.778	23.751	10.034	8.058
	<u>57.251</u>	<u>45.990</u>	<u>21.663</u>	<u>19.687</u>
Contribuição social:				
Exclusões temporárias	4.284	4.187	4.187	4.187
Custo atribuído a ativos	3.803	3.820	-	-
Lei 11.638/2007 e outros	12.520	8.496	3.612	2.902
	<u>20.607</u>	<u>16.503</u>	<u>7.799</u>	<u>7.089</u>
Total do passivo não circulante	<u>77.858</u>	<u>62.493</u>	<u>29.462</u>	<u>26.776</u>
Ativo não circulante, líquido	<u>25.291</u>	<u>45.285</u>	<u>12.110</u>	<u>20.772</u>

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico preparado pela Companhia e aprovado pela Diretoria em

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

reunião de 3 de fevereiro de 2012, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

c. Resultado do exercício

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Corrente:				
Imposto de renda	(36.114)	(33.630)	(13.105)	(16.353)
Contribuição social	(13.978)	(12.347)	(5.120)	(5.987)
	<u>(50.092)</u>	<u>(45.977)</u>	<u>(18.225)</u>	<u>(22.340)</u>
Diferido				
Imposto de renda	(12.642)	9.007	(6.369)	5.562
Contribuição social	(4.610)	3.301	(2.293)	2.003
	<u>(17.252)</u>	<u>12.308</u>	<u>(8.662)</u>	<u>7.565</u>
	<u>(67.344)</u>	<u>(33.669)</u>	<u>(26.887)</u>	<u>(14.775)</u>
Imposto de renda	(48.756)	(24.623)	(19.474)	(10.791)
Contribuição social	(18.588)	(9.046)	(7.413)	(3.984)
	<u>(67.344)</u>	<u>(33.669)</u>	<u>(26.887)</u>	<u>(14.775)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e antes da equivalência patrimonial	208.342	178.053	82.820	75.228
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(70.836)	(60.538)	(28.159)	(25.577)
IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões):				
Fornecedores a faturar	(2.312)	(1.739)	(1.937)	(383)
Amortização fiscal de ágios	-	(574)	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.338	1.280	1.338	1.280
Incentivos fiscais instituídos por lei	2.410	1.468	1.521	861
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	1.263	17.794	-	6.720
Adições e exclusões temporárias	767	6.735	133	2.104
Adições e exclusões permanentes	26	1.905	217	220
Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício	<u>(67.344)</u>	<u>(33.669)</u>	<u>(26.887)</u>	<u>(14.775)</u>
Alíquota efetiva	<u>32%</u>	<u>19%</u>	<u>33%</u>	<u>20%</u>

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

8 Investimentos

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Participação em empresas controladas	-	-	616.237	458.369
Outros investimentos	64	79	-	-
	64	79	616.237	458.369

a. Mutação dos investimentos

	CIBC Celular	CIBC Móveis	Image Telecom	Engeset	Algar Tecnologia	Algar Mídia	Sabe Particip	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	137.835	109.608	12.689	18.835	88.790	-	32.453	400.210
Restituição a acionistas	-	-	-	-	-	-	(984)	(984)
Incorporação	-	-	-	-	-	31.469	(31.469)	-
Dividendos	(3.882)	(7.002)	(2.188)	(2.655)	(1.390)	(951)	-	(18.068)
Equivalência patrimonial	15.830	43.138	2.188	5.301	6.750	4.004	-	77.211
Saldo em 31 de dezembro de 2011	149.783	145.744	12.689	21.481	94.150	34.522	-	458.369
Dividendos	(3.453)	(19.398)	-	(2.414)	(4.152)	(729)	-	(30.145)
Integralização de capital	-	-	13.000	-	-	-	-	13.000
Aclaramento para futuro aumento de capital (i)	94.693	-	-	-	-	-	-	94.693
Equivalência patrimonial	13.836	40.498	(653)	5.370	18.200	3.069	-	80.320
Saldo em 31 de dezembro de 2012	254.859	166.844	25.036	24.437	108.198	36.862	-	616.237

- (i) O saldo de AFAC de R\$ 94.693 contem o valor de R\$ 35.500 referente a conversão de mútuo de 2011 em AFAC no ano de 2012.
- b. Informações sobre as principais empresas controladas, com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As informações de 2011 estão sendo apresentadas, para fins de comparabilidade, considerando os valores líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos em virtude da compensação dos saldos ativos e passivos conforme CPC 32, parágrafo 74.

Os saldos não circulantes de 2011 contemplam, ainda, a reclassificação de saldos de depósitos judiciais com provisão contra a rubrica de "Provisões", no passivo.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

2012

	CTBC Celular	CTBC Multimídia	Image Telecom	Engeset	Algar Tecnologia (*)	Algar Mídia
Ativo circulante	97.686	69.225	13.810	37.152	104.389	28.961
Ativo não circulante	416.045	364.610	24.663	39.724	202.718	30.534
Total do ativo	513.731	433.835	38.473	76.876	307.108	59.495
Passivo circulante	101.684	82.077	6.930	30.561	95.885	15.927
Passivo não circulante	126.019	53.318	6.507	20.227	81.107	6.695
Patrimônio líquido	286.028	298.441	25.036	26.089	130.116	36.873
Capital social	163.145	245.624	25.689	12.751	59.877	15.884
Receita líquida	324.631	281.157	21.745	151.584	422.303	42.880
Resultado líquido do exercício	16.183	56.054	(653)	5.111	20.744	3.070

2011

	CTBC Celular	CTBC Multimídia	Image	Engeset	Algar Tecnologia (*)	Algar Mídia
Ativo circulante	60.185	114.961	8.816	35.639	68.987	26.480
Ativo não circulante	396.835	325.948	17.151	41.467	210.734	29.420
Total do ativo	457.020	440.909	25.967	77.106	279.721	55.900
Passivo circulante	86.365	69.122	7.243	30.723	84.895	15.111
Passivo não circulante	187.956	96.159	6.035	22.991	81.216	6.257
Patrimônio líquido	182.699	275.628	12.689	23.392	113.610	34.532
Capital social	163.138	245.620	12.689	12.751	59.594	15.884
Receita líquida	313.711	246.804	41.217	20.007	119.842	390.818
Resultado líquido do exercício	18.698	59.658	4.005	2.188	5.933	6.945

(*) informações consolidadas.

Individual 2012

	CTBC Celular	CTBC Multimídia	Image	Engeset	Algar Tecnologia	Algar Mídia
Quantidade de ações ou quotas possuídas:						
Ações ON	18.786	27.662	-	3.831.614	8.109	9.251.158
Ações PN	12.190	7.718	-	693	3	-
Quotas	-	-	4.459.728	-	-	-
Percentual de participação direta da controladora:						
No capital social	86,03%	74,01%	100%	100%	84,34%	99,97%
No capital votante	94,75%	90,05%	100%	100%	84,27%	100%

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Individual 2011						
	CTBC Celular	CTBC Multimídia	Image	Engeset	Algar Tecnologia	Algar Mídia
Quantidade de ações ou quotas possuídas:						
Ações ON	375.728	4.149.326	-	3.831.614	8.109	9.251.158
Ações PN	243.814	1.157.705	-	693	3	-
Quotas	-	-	2.215.989	-	-	-
Percentual de participação direta da controladora:						
No capital social	84,43%	72,48%	100%	100%	84,34%	99,97%
No capital votante	94,13%	89,47%	100%	100%	84,27%	100%

9 Intangível**a. Movimentação do custo**

	Consolidado				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe- rências(*)	
Marcas e Patentes	35	-	-	-	35
PPDUR - Preço público rádio frequência	6.674	-	-	587	7.261
Direito de uso de <i>Backbone</i>	74.741	898	(1.000)	15.995	90.634
Direito de uso TV por satélite - DTH	7.138	-	-	27	7.165
Outorgas regulatórias	64.792	-	-	187	64.979
Sistemas de informação	229.074	1.290	(2.083)	37.247	265.528
Ágio em investimento em controladas	115.346	-	-	-	115.346
	497.800	2.188	(3.083)	54.043	550.948

b. Movimentação da amortização acumulada

	Consolidado				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe- rências(*)	
Marcas e Patentes	(31)	(3)	-	-	(34)
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	(2.104)	(1.125)	1	-	(3.228)
Direito de uso de <i>Backbone</i>	(30.271)	(12.520)	1.000	4	(41.787)
Direito de uso TV por satélite - DTH	(2.161)	(1.086)	-	-	(3.247)
Outorgas regulatórias	(10.820)	(4.660)	-	-	(15.480)
Sistemas de informação	(135.652)	(26.553)	2.074	(124)	(160.255)
Ágio em investimento em controladas	(61.718)	-	-	-	(61.718)
	(242.757)	(45.947)	3.075	(120)	(285.749)
Saldo	255.043	(43.759)	(8)	53.923	265.199

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

c. Movimentação do custo

	Individual				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe- rências(*)	
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	5.961	-	-	263	6.224
Direito de uso de <i>Backbone</i>	45.041	898	-	12.292	58.231
Outorgas regulatórias	2.637	-	-	-	2.637
Sistemas de informação - custo	125.231	-	(1.852)	15.286	138.665
Ágio em investimento em controladas	31.958	-	-	-	31.958
	210.828	898	(1.852)	27.841	237.715

d. Movimentação da amortização acumulada

	Individual				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe- rências(*)	
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	(1.836)	(830)	-	-	(2.666)
Direito de uso de <i>Backbone</i>	(14.829)	(11.059)	-	4	(25.884)
Outorgas regulatórias	(2.097)	(41)	-	-	(2.138)
Sistemas de informação	(84.799)	(13.450)	1.852	43	(96.354)
Ágio em investimento em controladas	(10.987)	-	-	-	(10.987)
	(114.548)	(25.380)	1.852	47	(138.029)
Saldo	96.280	(24.482)	-	27.888	99.686

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

e. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia e suas controladas avaliaram, em 31 de dezembro de 2012, a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a UGC. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, aprovada pela Administração. O teste de recuperação do ativo realizado pela Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Os valores contábeis combinados de ágio alocados para cada UGC são como a segue:

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

UGCs Identificadas	2012
CTBC Telecom	20.971
CTBC Celular	24.392
CTBC Multimídia	37.366
Algar Tecnologia	17.722
Algar Mídia	11.851

Os valores recuperáveis das UGCs foram baseados nos seus valores em uso. A metodologia aplicada para determinar os valores das UGCs é o fluxo de caixa descontado. O conceito básico desta metodologia resume-se na determinação dos fluxos de caixa livres em um período determinado, em função:

- do resultado operacional;
- do retorno ao resultado operacional da depreciação sobre o ativo imobilizado, apropriada ao resultado do exercício; e
- da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em função do ciclo financeiro das controladas.

Os saldos de caixa por período são calculados a valor presente, descontados através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (*Weighted Average Cost of Capital* (WACC)). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades. O custo do capital próprio da Companhia e suas controladas foi calculado pelo método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*).

Foi considerado um período de fluxo de caixa de cinco a sete anos de acordo com as projeções da Companhia e de suas controladas, acrescidos do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ou sétimo ano, descontado ao valor presente pelo WACC.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012, para as UGCs, são as que seguem:

UGCs Identificadas	Taxa de Desconto WACC (i)	Ebitda (ii)
CTBC Telecom	6,0%	189.483
CTBC Celular	6,0%	76.052
CTBC Multimídia	6,0%	147.993
Algar Tecnologia	8,4%	19.252

(i) A taxa de desconto foi calculada antes dos impostos.

(ii) EBITDA, médio do período orçado de 5 anos.

A Administração determinou o EBITDA orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do segmento. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

Análise de sensibilidade na mudança das premissas

A Companhia e suas controladas avaliaram em 31 de dezembro de 2012, os efeitos da mudança nas principais premissas envolvidas na determinação do valor recuperável dos seus ativos. A

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Administração identificou duas premissas principais para as quais, alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável, embora tais fatos estejam. Tais premissas estão associadas ao aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto em decorrência do aumento do risco do negócio e à redução de 1 ponto percentual na margem EBITDA da Companhia simultaneamente ao aumento do risco.

A tabela abaixo apresenta o montante no qual alterações nas duas premissas básicas simultaneamente poderiam resultar no valor recuperável ser inferior ao valor contábil:

UGCs Identificadas	Aumento (redução do valor contábil)
CTBC Telecom	39.377
CTBC Celular	19.503
CTBC Multimídia	22.289
Algar Tecnologia	1.718

10 Imobilizado**a. Movimentação do custo**

	Consolidado				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe- rências	
Edifícios e benfeitorias	156.065	28	(1.258)	15.709	170.544
Equipamentos de comutação	289.466	-	(9.140)	38.694	319.020
Equipamentos de terminais	175.501	-	(9.864)	32.354	197.991
Equipamentos e meios de transmissão	895.776	322	(19.768)	124.089	1.000.419
Equipamentos de energia e climatização	85.977	16	(4.966)	13.412	94.439
Infraestrutura	106.554	-	(479)	9.996	116.071
Veículos	19.659	15	(2.884)	8.410	25.200
Móveis e utensílios	58.001	48	(483)	7.122	64.688
Equipamentos de processamento de dados e outros	312.850	743	(4.112)	55.265	364.746
	2.099.849	1.172	(52.954)	305.051	2.353.118
Terrenos	30.144	65	(98)	-	30.111
Obras em andamento e outros	414.882	348.770	(225)	(359.094)	404.333
	2.544.875	350.007	(53.277)	(54.043)	2.787.562

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

b. Movimentação da depreciação acumulada

	Consolidado				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe- rências	
Edifícios e Benfeitorias	(49.842)	(7.202)	637	(225)	(56.632)
Equipamentos de comutação	(220.832)	(13.099)	9.138	38	(224.755)
Equipamentos de terminais	(124.621)	(19.633)	9.615	(107.289)	(241.928)
Equipamentos e meios de transmissão	(686.175)	(34.430)	19.991	(8.407)	(709.021)
Equipamentos de energia e climatização	(56.098)	(5.317)	5.019	24	(56.372)
Infraestrutura	(56.370)	(3.072)	134	327	(58.981)
Veículos	(7.738)	(2.094)	2.354	(331)	(7.809)
Móveis e utensílios	(43.521)	(2.844)	797	770	(44.798)
Equipamentos de processamento de dados e outros	(231.160)	(27.984)	3.483	115.213	(140.448)
	<u>(1.476.357)</u>	<u>(115.675)</u>	<u>51.168</u>	<u>120</u>	<u>(1.540.744)</u>
Saldo	<u>1.068.518</u>	<u>234.332</u>	<u>(2.109)</u>	<u>(53.923)</u>	<u>1.246.818</u>

(*) O saldo de transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

c. Movimentação do custo

	Individual				31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe- rências	
Edifícios e benfeitorias	50.124	-	(712)	1.883	51.295
Equipamentos de comutação	250.245	-	(9.136)	15.771	256.880
Equipamentos de terminais	119.891	-	(7.929)	14.836	126.798
Equipamentos e meios de transmissão	620.832	-	(17.612)	38.221	641.441
Equipamentos de energia e climatização	43.965	-	(3.025)	6.161	47.101
Infraestrutura	72.150	-	(461)	4.730	76.419
Veículos	4.423	-	(1.666)	2.675	5.432
Móveis e utensílios	27.593	3	(299)	3.681	30.978
Equipamentos de processamento de dados e outros	172.281	34	(158)	22.139	194.296
	<u>1.361.504</u>	<u>37</u>	<u>(40.998)</u>	<u>110.097</u>	<u>1.430.640</u>
Terrenos	5.275	65	(34)	-	5.306
Obras em andamento e outros	167.549	132.243	-	(137.938)	161.854
	<u>1.534.328</u>	<u>132.345</u>	<u>(41.032)</u>	<u>(27.841)</u>	<u>1.597.800</u>

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

d. Movimentação da depreciação acumulada

	Individual				
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transfe- rências	
Edifícios e Benfeitorias	(19.132)	(3.675)	283	6	(22.517)
Equipamentos de comutação	(208.788)	(6.656)	9.137	38	(206.269)
Equipamentos de terminais	(89.688)	(13.325)	7.726	(88.641)	(183.928)
Equipamentos e meios de transmissão	(510.579)	(12.913)	17.591	(8.007)	(513.908)
Equipamentos de energia e climatização	(35.191)	(2.171)	3.020	(37)	(34.379)
Infraestrutura	(43.967)	(1.574)	88	108	(45.345)
Veículos	(2.324)	(672)	1.647	-	(1.349)
Móveis e utensílios	(24.927)	(1.276)	292	(111)	(26.022)
Equipamentos de processamento de dados e outros	(134.908)	(11.906)	160	96.597	(50.057)
	(1.069.504)	(54.168)	39.944	(47)	(1.083.774)
Saldo	464.824	78.177	(1.088)	(27.888)	514.026

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

Informações adicionais sobre o ativo imobilizado

Conforme disposto no CPC-27 e na Interpretação Técnica 10 (ICPC-10) emitidas pelo CPC, a Companhia implantou políticas internas de revisões periódicas das vidas úteis de seus ativos imobilizados, o que é feito pelo menos uma vez a cada exercício social.

a. Bens vinculados à Concessão

Os contratos de concessão do STFC preveem que os bens da Companhia indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como “bens reversíveis”, quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo à Companhia resguardado o direito às indenizações previstas na legislação e nos respectivos contratos de concessão.

Os valores de 2011 apresentados abaixo se referem à relação de bens reversíveis encaminhada

À ANATEL em abril de 2012. Esses valores substituem aqueles divulgados quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2011, na época considerados com prévia. Os bens elencados no ano de 2012, conforme relação abaixo, são uma prévia da relação de bens reversíveis a ser encaminhada para aprovação da ANATEL em abril de 2013, conforme regulamentação.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Os valores dos bens reversíveis são demonstrados abaixo (não auditado).

	Consolidado					
	2012			2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	24.220	(7.907)	16.314	24.176	(7.098)	17.078
Equipamentos de energia e climatização	45.066	(33.804)	11.262	43.030	(34.813)	8.217
Equipamentos de comutação	239.284	(202.077)	37.207	239.939	(206.052)	33.886
Equipamentos de processamento dados	52.875	(44.108)	8.766	49.443	(40.281)	9.162
Equipamentos e meios de transmissão	623.538	(501.035)	122.503	611.761	(506.382)	105.380
Equipamentos de terminais	55.285	(41.586)	13.699	54.557	(36.836)	17.721
Infraestruturas	74.043	(45.122)	28.921	71.127	(43.847)	27.280
Licenças de concessão PPDUR	6.154	(2.652)	3.502	5.931	(1.829)	4.102
Moveis e utensílios	17.066	(15.345)	1.721	15.950	(14.890)	1.060
Outorgas regulatórias	2.637	(2.138)	499	2.637	(2.097)	540
Sistemas de informação	107.065	(79.477)	27.588	99.578	(71.012)	28.566
Terrenos	4.266	-	4.266	4.266	-	4.266
Veículos	2.983	(946)	2.037	2.396	(532)	1.864
	1.254.482	(976.197)	278.285	1.224.791	(965.669)	259.122

b. Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados como garantia de processos judiciais e empréstimos e financiamentos, incluindo arrendamento mercantil, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	2012			2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	51.598	(19.282)	32.316	62.021	(13.542)	48.479
Equipamentos de energia e climatização	537	(336)	201	384	(355)	29
Equipamentos de comutação	-	-	-	405	(240)	165
Equipamentos de processamento dados	3.170	(1.758)	1.413	4.277	(3.176)	1.101
Equipamentos e meios de transmissão	757	(752)	5	3.342	(2.750)	592
Equipamentos de terminais	-	-	-	5	(3)	2
Infraestruturas	-	-	-	45	(32)	13
Moveis e utensílios	7.656	(5.156)	2.500	1.221	(560)	661
Terrenos	17.059	-	17.059	-	-	-
Veículos	1.127	(306)	821	4.298	(1.603)	2.695
	81.904	(27.590)	54.315	75.998	(22.261)	53.737

c. Saldos de custos de empréstimos capitalizados no ativo imobilizado

A Companhia capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R\$ 6.763 (R\$ 6.074 em 2011).

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

As taxas de capitalização dos empréstimos são de 5,28% a 87,49%. Na Companhia as taxas variam de 5,28% a 11,84%, e nas controladas as faixas são as seguintes: de 11,72% a 27,29% na CTBC Celular, de 29,06% a 87,49% na CTBC Multimídia e de 9,29% a 34,10% na Image Telecom.

d. Ativos totalmente depreciados

Os ativos imobilizados totalmente depreciados e que estavam em operação em 31 de dezembro de 2012 possuem o valor de custo no montante de R\$ 935.353 (R\$ 863.297 em 2011).

e. Ociosidade de ativos

A Companhia e controladas não possuem ativos imobilizados relevantes, registrados sob esse conceito, que estivessem na condição de ociosos no encerramento do exercício de 2012.

f. Imobilizado em andamento

Os principais projetos que compõe o grupo de “obras em andamento” são:

(i) Convergência em sistemas diversos; (ii) desenvolvimento e melhoria de sistemas em geral; (iii) expansão da rede 3G; (iv) equipamentos e instalações de TV por satélite; (v) equipamentos e serviços para atendimento ao Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), (vi) implantação e solução para empresas, (vii) expansão de portas para banda larga; (viii) equipamentos e meios de transmissão; (ix) construção de novos sites; (x) Serviço e instalação de telefonia fixa.

11 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a risco de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, vide Nota Explicativa 27.

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Empréstimos em moeda nacional	337.844	349.840	224.677	196.707
Financiamentos em moeda nacional:				
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG	61.960	58.754	21.562	26.441
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES*	214.527	149.186	103.159	108.550
Arrendamento mercantil	461	4.736	115	4.157
	614.792	562.516	349.513	335.855
Passivo circulante	93.442	100.522	48.598	53.294
Passivo não circulante	521.350	461.994	300.915	282.561

(*) Os valores correspondem a financiamentos diretos e repasses de recursos através dos bancos BDMG, Brasil, HSBC e Safra.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Em 2012, a Companhia e suas controladas captaram aproximadamente R\$ 541.840 para aplicação em suas atividades, suprimindo necessidades de investimentos em projetos relacionados às demandas crescentes emanadas de suas operações.

A Companhia obteve neste período R\$ 22.413 junto ao Banco IBM, com taxa de juros entre 6,01% e 8,00% a.a.; R\$ 50.000 com a CEF e R\$ 7.259 com o BNDES. Realizou também o alongamento do empréstimo de R\$ 60.000 junto ao HSBC, cujo vencimento passou de 2016 para 2018.

A controlada CTBC Celular captou R\$ 16.150 junto ao BDMG, R\$ 12.526 com o Banco IBM e recebeu a primeira liberação de R\$ 1.968 do novo contrato junto ao BNDES.

A Image recebeu R\$ 1.510 em liberações do BNDES, sendo R\$ 990 do contrato anterior e R\$ 520 do novo contrato.

A controlada Algar Tecnologia recebeu duas liberações, em 2012, no valor de R\$ 59.000, do contrato assinado junto ao BNDES em dezembro de 2011, incidindo sobre este empréstimo juros entre 8,01% e 10,00% a.a e captou adicionalmente R\$ 1.802 do Banco do Brasil.

A Engeset captou R\$ 8.606, sendo R\$ 2.597 com o Banco do Brasil e R\$ 6.009 junto ao Banco IBM. Algar Mídia captou R\$ 1.690 com o BDMG.

Ao longo do ano, foram celebradas cessões de dívida entre as empresas do grupo. As operações consistiram na transferência de contratos financeiros, juntamente com o repasse de caixa em valor equivalente. Foram transferidos R\$ 35.747 entre a Companhia e a controlada CTBC Multimídia e R\$ 28.401 entre as controladas Algar Tecnologia e a Synos.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e das controladas estão indexados de acordo com o quadro a seguir:

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
CDI	338.306	352.823	224.792	200.864
TJLP	216.243	150.939	103.159	108.550
IPCA	60.243	58.754	21.562	26.441
Total	614.792	562.516	349.513	335.855

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

Individual			
Juros	Instituição financeira	2012	2011
4,50% a 6,00%	BNDES e <i>Leasing</i>	12.637	19.187
De 6,01% a 8,00%	BNDES e IBM	77.739	-
De 8,01% a 10,00%	BNDES, CEF, HSBC, e Safra	153.607	9.165
De 10,01% a 12,00%	BDMG, BNDES, HSBC e IBM	105.530	224.183
De 12,01% a 15,00%	CEF, Itaú BBA, Safra	-	83.320
Total		349.513	335.855

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Controladas

Juros	Instituição Financeira	2012	2011
4,50% a 6,00%	BNDES, HSBC, Safra.	2.865	3.580
De 6,01% a 8,00%	BDMG, BNDES e IBM	45.096	-
De 8,01% a 10,00%	BDMG, BNDES, Brasil, CEF, IBM Itaú BBA, Safra e Leasing.	148.674	5.714
De 10,01% a 12,00%	BDMG, BNDES, IBM e <i>Leasing</i>	68.644	78.154
De 12,01% a 15,00%	BDMG, Brasil, CEF, IBM, Itaú BBA, Rabobank, Safra, Unibanco e <i>Leasing</i> .	-	139.081
De 15,01% a 18,00%	Bradesco e <i>Leasing</i>	-	132
Total		265.279	226.661
Total Consolidado		614.792	562.516

A totalidade do saldo de circulante de empréstimos e financiamentos refere-se à maturação corrente dos contratos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte maturidade:

	2012	
	Consolidado	Individual
2014	145.569	82.222
2015	149.692	89.128
2016	122.525	76.100
2017 em diante	103.564	53.465
	521.350	300.915

Cláusulas contratuais (covenants)

Certos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e controladas estabelecem índices máximos de endividamento e índices mínimos para cobertura de dívida, os quais devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos.

A Companhia e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image Telecom têm contratos de empréstimos e financiamentos que contém cláusulas restritivas (“*covenants*”) que totalizam R\$ 515.528 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 408.188 em 31 de dezembro de 2011), vencíveis entre 2012 e 2020. Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos são exigidos em bases consolidadas e são calculados trimestralmente para verificação de seus cumprimentos.

O não atingimento dos índices acordados implica no vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos abrangidos por esta previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os índices exigidos foram todos cumpridos e estão demonstrados no quadro abaixo:

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Consolidado			
	2012		2011	
Dívida líquida / EBITDAR (*) – realizado	=	1,63	=	1,54
BNDES, HSBC, IBM, Itaú, Rabobank (meta trimestral)	≤	2,25	≤	2,25
EBITDAR / Despesa financeira líquida - realizado	=	5,49	=	4,70
BNDES, HSBC, IBM, Itaú, Rabobank (meta trimestral)	≥	2,00	≥	2,00
Índice de capitalização (PL / AT) - realizado	=	0,30	=	0,28
BNDES (meta trimestral)	≥	0,25	≥	0,25
Dívida financeira líquida de curto prazo (**) / EBITDAR-realizado	=	(0,18)	=	0,02
BNDES (meta trimestral)	≤	0,35	≤	0,35

(*) Saldo da rubrica lucro bruto, deduzido das despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas/receitas operacionais líquidas, somado ao saldo das rubricas “depreciação e amortização” (incluindo amortização de ágio, líquida de deságio) e despesas com operações de arrendamento mercantil.

(**) Dívida do passivo circulante composta por empréstimos e financiamentos, debêntures, dívida onerosa com fornecedores e mútuo, líquida das disponibilidades e mutuo ativo de curto prazo.

A controlada Algar Tecnologia possui cláusulas restritivas pelo financiamento realizado junto ao BNDES que estabelece o cumprimento de certos indicadores financeiros com base no seu balanço patrimonial e demonstração do resultado consolidados. Em 31 de dezembro de 2012, todos os indicadores foram cumpridos.

Os avais e fianças estão apresentados na Nota Explicativa 21.

12 Debêntures**a. Primeira emissão**

Em 2 de agosto de 2007, foi realizada a subscrição e integralização de 2.500 debêntures da espécie quirografária, não conversíveis em ações da primeira emissão pela Companhia. As debêntures foram emitidas em série única, no regime de garantia firme, sem previsão de repactuação programada e/ou de resgate antecipado, com valor de face unitário de R\$ 100, no montante de R\$ 250.000. Nessa mesma data, os recursos foram destinados para o pagamento antecipado de empréstimos e financiamentos.

O prazo de vigência das debêntures é de 7 anos, contados da data de emissão, com vencimento em 2 de julho de 2014 e remuneradas a uma taxa de CDI + 0,85% ao ano.

Em 16 de outubro de 2012 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures da Companhia, na qual foi aprovada a alteração da cláusula 4.10 da Escritura de Primeira Emissão, que passou a prever a possibilidade de realização de oferta de resgate antecipado das debêntures. Em 08 de novembro de 2012 a Companhia efetuou o resgate de 2.383

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

debêntures e, conforme definido no Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, todas as debêntures resgatadas foram canceladas pela Companhia.

Os valores das debêntures ativas são demonstrados a seguir:

	Consolidado e Individual	
	2012	2011
Debêntures 1ª emissão - série única		
Moeda nacional:		
Principal	6.686	214.286
Juros	71	13.091
	<u>6.757</u>	<u>227.377</u>
Passivo circulante	3.414	84.520
Passivo não circulante	<u>3.343</u>	<u>142.857</u>

O saldo não circulante das debêntures apresenta a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado e Individual	
	2012	2011
2014	<u>3.343</u>	<u>71.428</u>

Os índices estabelecidos pelas instituições financeiras, relativos às debêntures, calculados com base nas informações contábeis consolidadas, foram todos cumpridos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e estão demonstrados na Nota Explicativa 11.

b. Segunda emissão

Em 7 de novembro de 2012 a Companhia concluiu a segunda emissão pública de debêntures por meio da qual foram emitidas 293.985 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, sem previsão de repactuação programada e/ou de resgate antecipado, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão.

A emissão foi realizada em duas séries: a primeira série consta de 61.385 debêntures emitidas, remuneradas a uma taxa de CDI + 1,40% a.a. com vigência de 5 anos e a segunda série é composta por 232.600 debêntures, com taxa de remuneração pelo IPCA + 6,0% a.a., com prazo total de 7 anos. A liberação dos recursos ocorreu nos dias 6 e 7 de novembro de 2012 e foram utilizados, em parte para o resgate de debêntures de sua primeira emissão no âmbito da oferta de resgate antecipado das debêntures da primeira emissão. O restante será utilizado como reforço do capital de giro da Companhia.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Os valores são demonstrados a seguir:

	Consolidado e Individual 2012
Debêntures 2ª emissão – duas séries	
Moeda nacional:	
Principal	293.985
Juros	9.982
	<u>303.967</u>
(-) Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(4.443)
	<u>299.524</u>
Passivo circulante, líquido de saldo de gastos com emissão (R\$ 725)	9.257
Passivo não circulante, líquido de saldo de gastos com emissão (R\$ 3.718)	<u>290.267</u>

O saldo não circulante das debêntures da segunda emissão, não incluindo os gastos com a emissão, apresenta a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado e Individual 2012
2015	20.462
2016	20.462
2017 em diante	253.061
	<u>293.985</u>

O custo incorrido na segunda emissão das debêntures foi de R\$ 4.684, contabilizado inicialmente como despesas antecipadas e transferido para rubrica própria no passivo como conta redutora do saldo de debêntures. Esse valor será apropriado mensalmente no resultado financeiro, seguindo o prazo e a proporção da quantidade de debêntures de cada série. A primeira, no total de 61.385 debêntures terá um prazo de 5 e anos e a segunda série de 232.600 debêntures terá um prazo de 7 anos.

Segue a composição dos custos incorridos:

Comissões bancárias	3.414
Consultoria jurídica e auditoria	611
Taxas e publicações legais	380
Serviços de terceiros	237
Outros	42
	<u>4.684</u>

Os índices estabelecidos pelas instituições financeiras, relativos às debêntures, calculados com base nas informações contábeis consolidadas, foram todos cumpridos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e estão demonstrados na Nota Explicativa 11.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Debêntures: primeira e segunda emissões consolidadas

	Consolidado e Individual
	2012
Debêntures 1ª e 2ª emissões	
Moeda nacional:	
Principal	300.671
Juros	10.053
	310.724
(-) Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(4.443)
	<u>306.281</u>

	Consolidado e individual - 2012		
	Gastos com emissão de		
	Saldo de	debêntures, a	Total
	debêntures	apropriar	
Passivo circulante	13.396	(725)	12.671
Passivo não circulante	297.328	(3.718)	293.610
	<u>310.724</u>	<u>(4.443)</u>	<u>306.281</u>

O saldo não circulante das debêntures consolidadas apresenta a seguinte composição por vencimento:

	Consolidado e Individual
	2012
2014	3.343
2015	20.462
2016	20.462
2017 em diante	253.062
	<u>297.328</u>

13 Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
PIS	2.203	1.535	791	550
IRRF	5.998	5.183	2.145	1.398
COFINS	9.438	7.141	3.741	2.574
ICMS	45.436	27.358	28.851	17.041
ISS	1.953	2.517	400	373
INSS	1.850	1.815	273	474
Outros	2.473	3.222	1.229	1.214
	<u>69.351</u>	<u>48.771</u>	<u>37.430</u>	<u>23.624</u>

14 Salários, provisões e encargos sociais

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Salários e ordenados	14.411	16.348	272	297
Encargos sociais sobre Salários e ordenados	10.620	13.587	2.195	2.438
Férias e encargos	47.810	42.650	12.129	11.682
Gratificações	35.062	25.516	12.714	12.087
Obrigações trabalhistas Outros	2.871	9.790	14	1.090
	110.774	107.891	27.325	27.594

15 Tributos parcelados

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Contribuições previdenciárias	1.069	2.198	589	1.590
Tributos Federais	19.583	30.915	334	3.106
Total	20.652	33.113	924	4.696
Passivo circulante	3.550	7.517	104	3.365
Passivo não circulante	17.101	25.596	820	1.331

Os saldos dos tributos parcelados não circulantes apresentam a seguinte maturidade:

	2012	
	Consolidado	Individual
2014	12.153	820
2015	1.756	-
2016	2.671	-
2017em diante	522	-
	17.101	820

A Companhia e suas controladas estão cumprindo com as obrigações dentro dos prazos e condições previstos nos planos de parcelamentos e respectiva legislação.

Parcelamento Lei 11.941 de 27 de maio de 2009 - REFIS IV

A Companhia e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009. Esse Programa prevê o parcelamento, em até 180 meses, de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, inclusive do saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), do PAES e do PAEX, vencidos até 30 de novembro de 2008.

A adesão foi deferida e a Companhia e suas controladas indicaram os débitos para consolidação em 30 de junho de 2011, conforme prazo legal estabelecido.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Como forma de pagamento do parcelamento foi utilizado o montante de R\$ 10.753 relativos a créditos fiscais, conforme previsão legal, reduzindo o saldo do parcelamento a pagar.

As controladas Algar Mídia e CTBC Multimídia não conseguiram consolidar débitos de II, IPI, PIS e COFINS junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, por suposto equívoco na indicação do código de adesão. A negativa da PGFN está sendo objeto de discussão judicial e os débitos se encontram provisionados (Valor provisionado R\$ 13.126 - Depósito judicial vinculado: R\$ 1.852).

16 Provisões e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente seus riscos de contingências, com base em critérios jurídicos, econômicos e contábeis. Estes riscos são classificados com base na expectativa de perda provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade da contingência, levando-se em consideração as análises de seus assessores jurídicos. Por determinação legal ou por cautela são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados às contingências provisionadas ou não provisionadas.

a. Processos judiciais e administrativos provisionados

	Consolidado				Total
	Trabalhistas	Tributários	Processos Adm. Anatel	Óveis e outros	
Provisões em 31/12/2011	18.909	129.497	32.795	5.722	186.923
Depósitos judiciais	(5.287)	(66.792)	(1.754)	(472)	(74.305)
Provisões líquidas em 31/12/2011	13.622	62.705	31.041	5.250	112.618
Provisões em 31/12/2011	18.909	129.497	32.795	5.722	186.923
Adições	5.167	27.035	4.745	5.373	42.320
Atualização monetária	1.214	8.692	1.504	13	11.423
Baixas	(6.331)	(17.107)	(10.722)	(3.567)	(37.727)
Provisões em 31/12/2012	18.959	148.117	28.322	7.541	202.939
Depósitos judiciais	(4.872)	(71.932)	(1.837)	(455)	(79.096)
Provisões líquidas em 31/12/2012	14.087	76.185	26.485	7.086	123.843

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Individual				Total
	Trabalhistas	Tributários	Processos Adm. Anatel	Cíveis e outros	
Provisões em 31/12/2011	3.175	61.318	27.856	3.433	95.782
Depósitos judiciais	(80)	(32.716)	(1.754)	(311)	(34.861)
Provisões líquidas em 31/12/11	3.095	28.602	26.102	3.122	60.921
Provisões em 31/12/2011	3.175	61.318	27.856	3.433	95.782
Adições	1.495	7.158	3.318	2.172	14.143
Atualização monetária	-	3.818	1.130	-	4.948
Baixas	(2.007)	(5.570)	(5.487)	(2.411)	(15.475)
Provisões em 31/12/2012	2.663	66.724	26.817	3.194	99.398
Depósitos judiciais	(727)	(34.835)	(1.837)	(366)	(37.765)
Provisões líquidas em 31/12/2012	1.936	31.889	24.980	2.828	61.633

Os processos judiciais e administrativos e demais riscos têm como principais objetos:

Processos Cíveis e Processos Administrativos da ANATEL

- i.* Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL.
- ii.* Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços);
- iii.* Discussões judiciais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais.
- iv.* Ação Civil Pública questionando alterações em planos de serviços.
- v.* Ação judicial discutindo percentual devido ao ECAD a título de direito autoral.
- vi.* Processos judiciais contra Concessionárias de Energia Elétrica, questionando valores exigidos pelo compartilhamento de infraestrutura. Embora a discussão seja de risco possível, há uma parte que a Companhia reconhece ser devida.
- vii.* Processo judicial discutindo multa aplicada pelo CADE

Trabalhistas

Reclamatórias trabalhistas em que se discutem vínculos de emprego, horas extras, indenizações por LER/DORT e diferenças salariais.

Tributárias

- i.* Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”): a Algar Tecnologia obteve decisão transitada em julgado e proferida nos autos de Ação Declaratória, na qual ficou reconhecida a inexistência de relação jurídica tributária decorrente da edição da Lei 7.689/88 que instituiu a

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

- CSLL. A Receita Federal do Brasil (“RFB”) desconsiderou os efeitos da referida decisão e lavrou autuação. (Valor da provisão: R\$ 14.916 - Depósito judicial vinculado: R\$ 9.498).
- ii.* Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”): a Companhia e suas controladas, CTBC Multimídia e CTBC Celular, mantêm discussão judicial em face das alterações impostas pela Súmula nº 07/2005 da ANATEL, que vedou a exclusão das receitas de interconexão e EILD da base de cálculo da contribuição, bem como impôs a sua cobrança retroativamente ao ano de 2000. (Valor da provisão: R\$ 25.692 - Depósito judicial vinculado: R\$ 23.764).
- iii.* Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”): a Companhia e suas controladas, CTBC Multimídia, CTBC Celular e Image, discutem a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, visto que esta parcela não representa receita auferida. (Valor da provisão: R\$ 36.645 e Depósito judicial vinculado: R\$ 36.734).
- iv.* Fundo de Investimento Social (“FINSOCIAL”): execução fiscal, cujo objeto são débitos alcançados pela decadência. A Companhia aderiu ao REFIS em 2000 para parcelamento de outros débitos e a RFB incluiu no parcelamento de forma unilateral os débitos em questão. Diante disso a Fazenda Nacional compreendeu que teria havido tácita renúncia ao direito sobre o qual se funda os Embargos a Execução. (Valor da provisão: R\$ 5.372).
- v.* PIS, COFINS, IRPJ e CSLL: a Companhia e suas controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia, em dezembro de 2011, realizaram baixa de valores devidos a terceiros em decorrência do decurso do prazo prescricional aplicável. (Valor da provisão: R\$ 16.476).
- vi.* PIS e COFINS: a Companhia e a sua controlada CTBC Celular possuem discussão em relação ao enquadramento de produtos e serviços para apuração das contribuições. (Valor da provisão: R\$ 13.914).
- vii.* Imposto Sobre Serviços (“ISS”): a Companhia e a suas controladas CTBC Celular, Engeset e Algar Tecnologia têm situações de divergência quanto incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. (Valor da provisão: R\$ 3.806).
- viii.* ICMS: a Companhia e suas controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia, reclamam o reconhecimento do direito ao crédito de ICMS relativo a estornos de débitos realizados decorrentes de erros de faturamento, bem como divergências quanto à incidência do ICMS em operações não enquadradas no conceito legal de prestação de serviços de telecomunicações. (Valor da provisão: R\$ 2.186).
- ix.* ICMS: a controlada CTBC Multimídia possui discussão relativa ao aproveitamento de crédito de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal. (Valor da provisão: R\$ 2.742).
- x.* INSS: A Controlada Algar Tecnologia, Algar Mídia e Engeset possuem divergências quanto à incidência de contribuição previdenciária sobre parcelas de valores pagos a terceiros. (Valor da provisão: R\$ 7.766).
- xi.* Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE):

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

A Companhia e a suas controladas CTBC Multimídia, CTBC Celular e Image questionam a legalidade e constitucionalidade da exação para as empresas de comunicações, vez que trata-se de contribuição destinada à promoção do audiovisual nacional não havendo pertinência com a prestação de serviço de comunicação para ensejar a intervenção no referido setor econômico. (Valor envolvido: R\$ 2.088).

b. Depósitos judiciais

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Depósito judicial sem provisão				
Tributário	9.747	8.405	1.864	1.107
Trabalhista	7.193	1.037	650	1.037
Cível	140	-	182	-
	<u>17.080</u>	<u>9.442</u>	<u>2.696</u>	<u>2.144</u>
Depósito judicial com provisão				
Tributário	71.932	66.791	34.835	32.716
Trabalhista	4.872	5.287	727	80
Cível	455	473	366	311
Pados – Anatel	1.837	1.754	1.837	1.754
	<u>79.096</u>	<u>74.305</u>	<u>37.765</u>	<u>34.861</u>
Total	<u>96.176</u>	<u>83.747</u>	<u>40.461</u>	<u>37.005</u>

c. Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Ocupação de faixa de domínio	20.049	18.885	20.049	18.885
INSS	21.740	17.714	-	-
TFI	17.099	16.176	-	-
ICMS	11.492	11.487	874	868
FUNTTTEL	4.619	4.470	2.535	2.486
FUST	13.631	3.234	11.730	1.436
ISS	24	3.843	18	18
EBC	16.770	3.212	937	661
Tributos federais	6.687	1.619	1.554	1.480
Outros	10.169	1.041	522	1.015
	<u>122.281</u>	<u>81.681</u>	<u>38.220</u>	<u>26.849</u>

Os principais processos da Companhia e de suas controladas, com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributárias

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

- i.* Tributos Federais: não homologações de compensações efetuadas pela Companhia e suas controladas considerando divergências entre as informações constantes de declarações de compensações e obrigações acessórias entregues ao fisco. (Valor envolvido: R\$ 1.576).
- ii.* Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”): cobrança em face da controlada CTBC Celular quando da prorrogação da autorização da licença para operação das suas estações. A cobrança está baseada em Resolução da ANATEL que ampliou a hipótese de incidência da referida taxa. A CTBC Celular ajuizou medida judicial para discussão dessa cobrança. (Valor envolvido: R\$ 16.870).
- iii.* Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTTEL”) e FUST: a Companhia e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image impugnam lançamentos referentes a diferenças apuradas no recolhimento das contribuições ao FUNTTEL e FUST em decorrência da inclusão na base de cálculo da contribuição de receitas de interconexão e de outros serviços que não constituem serviços de telecomunicações (Valor envolvido: R\$ 7.965).
- iv.* INSS: autuações pela RFB em face das controladas Algar Tecnologia e Algar Mídia que exigiu contribuições previdenciárias sobre o vale transporte consignado em folha de pagamento e contribuição patronal para a previdência privada. As controladas quitaram parte e parcelaram o restante dos débitos que entendiam devidos. A Fazenda Nacional executou a dívida que está sendo discutida por Embargos à Execução Fiscal. (Valor envolvido: R\$ 18.417).
- v.* Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (“EBC”): em outubro de 2007 foi editada a Medida Provisória nº 398, posteriormente convertida na Lei nº 11.652/08, que instituiu a Contribuição à Radiodifusão Pública, sendo que a Companhia e a controlada CTBC Celular questionam judicialmente a inconstitucionalidade da referida Contribuição. Os valores devidos estão sendo depositados em juízo. (Valor envolvido, depositado judicialmente: R\$ 4.549).
- vi.* ICMS Importação: Execução fiscal movida pelo Estado de MG em desfavor da controlada CTBC Celular para cobrança de ICMS na importação de equipamentos realizada por fornecedor da referida controlada, o qual promoveu a entrada dos equipamentos pelo Estado de SP onde é sediada. (Valor envolvido: R\$ 6.319).
- vii.* ICMS: A controlada CTBC Multimídia possui discussão relativa a escrituração de crédito de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal. (Valor envolvido: R\$ 4.299).
- viii.* Demandas judiciais com Concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea de cabos na faixa de domínio a qual é considerada bem de uso comum, não abarcado no objeto da concessão outorgada às Concessionárias. (Valor envolvido: R\$ 19.708).
- ix.* Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE): A Companhia e a suas controladas CTBC Multimídia, CTBC Celular e Image questionam a legalidade e constitucionalidade da exação para as empresas de comunicações. Isto porque se trata de contribuição destinada à promoção do audiovisual nacional não havendo pertinência com a prestação de serviço de comunicação para ensejar a intervenção no referido setor econômico, especificamente quanto a não observância dos princípios da anterioridade e irretroatividade da contribuição. (Valor envolvido: R\$ 3.057 – depositado judicialmente).

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Processos Cíveis e Processos Administrativos da ANATEL

- i.* Processos judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL.
- ii.* Discussões contratuais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais.
- iii.* Demandas administrativa e judicial em que se discute a divergência na base de cálculo dos montantes devidos na prorrogação da concessão do STFC e autorização SMP.
- iv.* Processos judiciais contra concessionárias de energia elétrica, questionando valores exigidos pelo compartilhamento de infraestrutura.
- v.* Ação judicial pautada em direito autoral em virtude de suposta utilização irregular de serviço patenteado.
- vi.* Processos judiciais discutindo a distribuição e comercialização de cartões indutivos de telefones de uso público.
- vii.* Ação judicial discutindo percentual devido ao ECAD a título de direito autoral.

17 Fornecedores

O saldo de fornecedores é decorrente de aquisições de materiais e serviços utilizados no giro das atividades operacionais das empresas.

O saldo de fornecedores é composto como segue:

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Fornecedores faturados	118.176	83.084	44.541	28.415
Fornecedores a faturar	31.878	33.505	9.550	3.853
	150.054	116.589	54.091	32.268

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

18 Outras obrigações

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Obrigações com tráfego de interconexão e cobrança conjunta	18.120	19.447	16.373	18.034
Autorização de serviços de telecomunicações a pagar	-	3.457	-	22
Títulos a pagar	5.050	-	2.986	-
Receitas antecipadas	10.042	6.127	-	-
Adiantamento de dividendos	-	-	1.651	-
Salários, provisões encargos	4.334	-	2.806	-
Fornecedores	1.287	2.610	-	-
Impostos, taxas e contribuições	1.725	3.319	-	-
Receitas diferidas	2.395	4.593	-	339
Outras obrigações	15.669	18.834	8.140	10.055
Total	58.622	58.387	31.956	28.450
Passivo circulante	44.635	41.783	26.401	23.335
Passivo não circulante	13.987	16.604	5.555	5.115

19 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital autorizado da Companhia é representado por 1.000.000 de ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

As ações preferenciais não conferem a seus titulares direito de voto nas deliberações sociais e têm os seguintes direitos: a) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido; b) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no saldo remanescente do lucro líquido, após pagamento do dividendo obrigatório aos titulares das ações ordinárias; c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e d) dividendos 10% maiores em relação às ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem a seus titulares o direito de voto, cabendo um voto para cada ação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o capital social era composto como segue:

Valor do capital social	271.641
Quantidade de Ações	
ON	281.933
PN	58.464
Total	340.397

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

b. Valores a restituir a acionistas

Em dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia realizaram a baixa dos valores a restituir decorrentes do grupamento de ações realizado em janeiro de 2006, tendo por base a decorrência do prazo prescricional previsto na legislação civil aplicados a créditos não resgatados. Os valores baixados foram R\$ 15.312 na Companhia, R\$ 6.299 na CTBC Celular e R\$ 6.852 na CTBC Multimídia, totalizando R\$ 28.463.

Conforme aprovado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de 8 de outubro de 2012, as controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia realizaram os grupamentos das ações constitutivas dos seus capitais sociais. O grupamento na CTBC Celular foi realizado na proporção de 20/1, ou seja, 20 (vinte) ações para 1 (uma) ação e na CTBC Multimídia o grupamento foi de 150/1, significando 150 (cento e cinquenta) ações para 1 (uma) ação.

As frações de ações que não tiveram a integralização de capital para completar 1 (uma) ação foram convertidas em valor com base no valor patrimonial da ação (VPA) de 30 de Setembro de 2012 das respectivas controladas e contabilizado no passivo circulante como valores a restituir aos acionistas, em contrapartida da conta contábil reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido. O valor total a restituir, à disposição dos acionistas é R\$ 9.934, sendo R\$ 3.536 apurados pela CTBC Celular e R\$ 6.398 apurados pela Multimídia.

c. Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, respeitando o limite máximo de 20% do capital social. O montante de reserva legal em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 26.445 e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 19.632, representando em dezembro de 2012 9,74% (7,23% em 2011) do capital social da Companhia.

d. Reserva de retenção de lucros

O saldo remanescente dos lucros acumulados foi reclassificado para reserva de lucros, em rubrica própria denominada “Reserva de retenção de lucros”, conforme disposição da Lei 11.638/2007, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração, com base em orçamento aprovado em Assembleia de Acionistas.

e. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Por proposta da Administração foram creditados juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) nos termos da Lei nº 9.249/95, tendo sido contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas informações contábeis, esses juros foram revertidos de despesas financeiras e estão sendo apresentados no patrimônio líquido como destinação de lucros do período. Os juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo obrigatório pelo valor líquido do imposto de renda na fonte.

O estatuto social da Companhia estabelece que os dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos são de 25% do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva legal. Em 2012 esse valor foi de R\$33.305 (R\$ 33.355 em 2011) e estão contidos no cálculo demonstrado abaixo que inclui os dividendos adicionais de 10% propostos pela Administração com base no resultado do exercício de 2012.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Os dividendos propostos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro são demonstrados como segue:

	Individual	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício	136.253	137.664
Reserva legal - 5%	(6.813)	(6.883)
Resultado base para distribuição de dividendos	129.440	130.781
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	32.360	32.695
Dividendo por ação ON (R\$)	95,07	96,05
Dividendo por ação PN (10% maior que ON) (R\$)	104,58	105,65
Adicional de 10% de dividendos par ações PN	556	562
Total dividendo mínimo obrigatório - 25%	32.916	33.257
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	589	98
Total dividendo, incluso IRRF de juros sobre capital próprio	33.505	33.355
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	32.916	33.257
Juros sobre capital próprio, líquido de IRRF	(3.347)	(3.666)
Dividendos complementares aos juros sobre o capital próprio	29.569	29.591
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	12.944	13.592
Dividendo por ação ON (em R\$)	38,03	39,93
Dividendo por ação PN (10% maior que ON) (em R\$)	41,83	43,92
Adicional de 10% de dividendos para ações PN	222	233
Total dividendos adicionais	13.166	13.825
Total de dividendos a distribuir:		
Dividendo mínimo obrigatório, líquido de IRRF de juros sobre o capital próprio	32.916	33.257
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	13.166	13.825
Total dos dividendos propostos	46.082	47.082
Dividendos por classes de ações:		
Valor unitario dividendo - ação ON (em R\$)	133,09	135,98
Valor unitario dividendo - ação PN (em R\$)	146,40	149,57
Total de dividendos - ações ON	37.523	38.337
Total de dividendos - ações PN	8.559	8.745
Total dos dividendos propostos	46.082	47.082
Quantidade de ações:		
ON	281.933	281.933
PN	58.464	58.464
Total	340.397	340.397

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

f. Ajuste de avaliação patrimonial

Na transição das práticas contábeis anteriores para o IFRS/CPCs foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados nas classes de terrenos e edificações das controladas Algar Tecnologia, Engeset e Algar Mídia, de forma a refletir os valores justos desses ativos na data de adoção dos novos pronunciamentos do CPC e IFRS. A Companhia registrou na conta ajuste de avaliação patrimonial o efeito reflexo dos ajustes realizados nas controladas. A realização do ajuste de avaliação patrimonial para lucros acumulados ocorre na proporção da realização do ativo imobilizado correspondente.

20 Benefícios a empregados - Plano de Aposentadoria Algar-Prev

A Companhia e suas controladas e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um Plano de Aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev.

Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos:

- a.** Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente;
- b.** Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia e suas controladas o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a contribuição relativa à parcela da Companhia foi de aproximadamente R\$1.284 (R\$ 1.283 em 2011) e no consolidado foi de R\$ 2.240 (R\$ 2.241 em 2011).

21 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2012 e 2011, relativas a operações com partes relacionadas, decorreram de transações da Companhia com sua controladora, com empresas controladas, coligadas, profissionais-chave da administração e com outras partes relacionadas.

A controladora direta da Companhia é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações (“Algar S.A.”), que também é a sua controladora final.

As transações entre as empresas do grupo abrangem as operações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços, assim como certas transações de recursos financeiros, conforme detalhado abaixo nas respectivas rubricas contábeis:

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Ativo Circulante	Consolidado 2012		
	Contas a Receber	Títulos a receber	Total
	(a)	(b)	
Algar S/A	229	220	449
ABC Inco	343	1.017	1.360
Space Vigilância	99	72	171
Algar Segurança	117	-	117
Outros	131	8	139
	919	1.317	2.236

A tivo não circulante	Consolidado 2012
	Créditos partes relacionadas
	(d)
Algar S.A.	1.938

Passivo Circulante	Consolidado 2012			Total
	Fornecedores	Títulos a pagar	Dividendos e juros s/ capital	
			próprio a pagar	
(e)	(f)	(g)		
Algar S/A	3.957	719	29.432	34.108
Algar Aviation	128	-	-	128
Space Vigilância	243	-	-	243
Algar Segurança	361	-	-	361
Space Empreendimentos	313	-	-	313
CTRQ	142	-	-	142
Outros	311	-	-	311
	5.455	719	29.432	35.606

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Consolidado 2012					
	Receita operacional bruta	Custos das mercadorias e serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Resultado financeiro
	(h)	(i)	(i)	(i)	(l)
ABC Inco	3.103	(64)	-	-	(2)
Algar Aviation	332	-	-	(114)	-
Space Vigilância	414	(1.674)	(327)	(686)	-
Algar Segurança	1.043	(1.171)	(1.003)	(1.149)	(2)
Space Empreendimentos	86	(9.560)	(7.634)	(3.549)	(24)
Unialgar	164	(4.718)	(2.158)	(1.665)	-
CTRQ	1.017	(19)	(171)	(59)	-
Outros	1.928	(819)	(2.867)	(231)	191

Consolidado 2011			
Ativo circulante	Contas a receber	Títulos a receber	Total
	(a)	(b)	
Algar S.A	76	210	286
Space	125	-	125
ABC Inco	303	1.149	1.452
Outros	109	-	109
	614	1.365	1.972

Ativo não circulante

Algar S.A.	-	2.805	2.805
------------	---	-------	-------

Consolidado 2011			
Passivo circulante	Fornecedores	Dividendos e juros sobre próprio capital	Total
	(e)	(g)	
Algar S.A	345	29.776	30.121
Algar Segurança	172	-	172
	517	29.776	30.293

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Consolidado 2011	
	Receita operacional bruta	Custos e despesas operacionais
	(h)	(i)
Algar S.A	3.096	-
Space: Algar segurança, Algar Vigilância e Space Empreendimentos	221	(22.364)
ABC Inco	2.101	-
Outros	293	-

A tivo circulante	Individual 2012			Total
	Contas a receber	Títulos a receber	Dividendos e juros s/ capital próprio	
	(a)	(b)	(c)	
CTBC Celular	3.355	318	3.437	7.110
Engeset	1	-	1.214	1.215
CTBC M ultimidia	683	1.438	10.068	12.189
A lgar M idia	1	-	729	730
A lgar T echnologia	27	5	4.152	4.184
A BC Inco	9	985	-	994
Outros	36	230	-	266
	4.112	2.976	19.600	26.688

A tivo não circulante	Individual 2012
	Créditos partes relacionadas
	(d)
Algar S/A	1.938

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Passivo Circulante	Individual 2012			
	Fornecedores	Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	Obrigações com	
			tráfego de	
			interconexão e cobrança conjunta	
(e)	(f)	(j)	Total	
Algar S/A	2.130	29.114	-	31.243
CTBC Celular	14	-	2.977	2.991
Engeset	5.156	-	-	5.156
CTBC Multimídia	412	-	-	412
Algar Tecnologia	247	-	-	247
Synos	594	-	-	594
Algar Aviation	128	-	-	128
Algar Segurança	130	-	-	130
Space Empreendimentos	64	-	-	64
Outros	336	-	-	336
	9.211	29.114	2.977	41.302

Passivo não circulante	Individual 2012	
	Débitos partes relacionadas	
	(k)	
Engeset	2.740	

	Individual 2012				
	Receita operacional bruta	Custos das mercadorias e Serviços prestados		Despesas Gerais e Administrativas	
		Despesas com vendas	Resultado financeiro		
(h)	(i)	(i)	(i)	(l)	
CTBC Celular	8.106	(40.541)	-	-	(83)
Engeset	322	(36.819)	(73)	-	(300)
CTBC Multimídia	6.574	(12.503)	-	-	-
Algar Tecnologia	1.626	(6.364)	(16.669)	(3.541)	10
Space Vigilância	7	(28)	(10)	(183)	-
Algar Segurança	288	(39)	(668)	(685)	-
Space Empreendimentos	46	(5.825)	(4.965)	(2.496)	-
CTRQ	682	(14)	(154)	(58)	-
Outros	1.157	(3.282)	(4.095)	(2.727)	190

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Ativo circulante	Individual 2011			Total
	Contas a receber	Dividendos	Títulos a receber	
	(a)	(c)	(b)	
CTBC Celular	4.263	3.882	556	8.701
CTBC Multimídia	-	7.002	1.565	8.567
Algar Tecnologia	73	1.390	137	1.600
Image	-	2.188	113	2.301
Engeset	1	1.409	9	1.418
Algar Mídia	-	951	-	951
Algar S.A	-	-	210	210
ABC Inco	-	-	1.149	1.149
	4.336	16.822	3.739	24.897

Ativo não circulante	Individual 2011		Total
	Títulos a receber	Créditos com partes relacionadas	
	(b)	(d)	
CTBC Celular	1.054	35.595	36.649
CTBC Multimídia	335	-	335
Image	98	-	98
Algar S.A.	2.805	-	2.805
	4.292	35.595	39.887

Passivo circulante	Individual 2011				Total
	Fornecedores	Dividendos e juros sobre capital próprio	Títulos a pagar	Interconexão a pagar	
	(e)	(g)	(f)	(j)	
CTBC Celular	-	-	13	2.965	2.978
CTBC Multimídia	-	-	152	-	152
Algar Tecnologia	271	-	-	-	271
Engeset	1.667	-	-	-	1.667
Algar Mídia	42	-	-	-	42
Algar S.A	-	29.419	-	-	29.419
	1.980	29.419	165	2.965	34.529
Passivo não circulante					
Engeset	-	-	3.202	-	3.202

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Individual 2011	
	Receita operacional	
	bruta	Custos e despesas
	(h)	(i)
CTBC Celular	27.714	(43.081)
CTBC Multimídia	7.665	(14.425)
Algar Tecnologia	2.075	(29.811)
Space: Algar segurança, Algar Vigilância e Space Empreendimentos	-	(13.551)
Engeset	-	(27.993)
Outros	-	(266)

Os saldos e valores de correntes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue:

- (a) Refere-se a contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais da empresas.
- (b) Créditos por repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar decorrentes de utilização compartilhada de soluções de infraestruturas.
- (c) Saldos de dividendos a receber de controladas.
- (d) Operação de mútuo com a controlada CTBC Celular e com a controladora Algar S.A.
- (e) Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar.
- (f) Débitos por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais.
- (g) Saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar à controladora e a outras empresas detentoras de participações societárias.
- (h) Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas.
- (i) Refere-se a custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, manobrista, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; Serviço de telemarketing, administração de call center, locação de pontos de atendimento, cobrança e back office.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

- (j) Refere-se à prestação de serviços de interconexão fixo-móvel, serviços de EILD, comunicação convergente em banda larga e acesso a internet banda larga, co-location e hosting;
- (k) Saldo de mútuo passivo na Companhia com a controlada Engeset

**Avais e fianças
2012**

Empresa	Garantidor	Instituição Financeira	Saldo Devedor	Total por empresa
CTBC Telecom	Algar	BDMG	27.312	
		BNDES	97.409	
		HSBC	60.812	
		Safra	36.242	221.775
CTBC Celular	Algar e CTBC Telecom	Safra	22.303	
		BDMG	52.307	
		BNDES	13.809	
	CTBC Telecom	CEF	22.271	
		IBM	13.753	
	Algar	Itaú BBA	529	126.951
CTBC Multimídia	Algar	BNDES	1.979	
		Banco do Brasil	574	
	Algar e CTBC Telecom	BDMG	800	
		BNDES	11.902	
CTBC Telecom	BDMG	261		
	IBM	5.158	18.695	
Image	Algar e CTBC Telecom	BDMG	412	
		BNDES	5.599	
	CTBC Telecom	IBM	211	
		Algar	BNDES	523
Algar Tecnologia	CTBC Telecom	IBM	7.256	
		HSBC	705	
	Synos	Safra	91	
		Algar	BNDES	60.131
Engeset	CTBC Telecom	Banco do Brasil	2.570	
		IBM	8.782	
	Algar	Banco do Brasil	957	
		IBM	3.610	15.919
Algar Mídia	CTBC Telecom	BDMG	1.717	1.717
Algar S/A	CTBC Telecom	Itaú BBA	17.375	17.375
Synos	CTBC Telecom	Banco do Brasil	13.826	
		IBM	8.158	21.984
				499.342

Como uma alternativa de garantia para empréstimos financeiros e ações judiciais, a Companhia e as controladas utilizam imóveis de propriedade de empresas do Grupo Algar. A remuneração é definida através de política do Grupo e paga anualmente. Em 2012, foram incorridos os seguintes valores: R\$ 1.025 de remuneração à Space Empreendimentos, sendo a despesa distribuída às seguintes empresas: R\$ 400 para Companhia, R\$ 538 CTBC Celular, R\$ 37 CTBC Multimídia, R\$ 10 Image, R\$ 36 Engeset, R\$ 1 Algar Tecnologia/Synos e R\$ 3 Algar Mídia e à Algar Tecnologia a remuneração de R\$ 72 paga pela Companhia.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Remuneração dos administradores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários são computadas como custos e despesas do período, incluindo os benefícios e encargos sociais correspondentes, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Salários e outros benefícios de curto prazo	12.962	13.393	7.733	7.996

Serviços de auditoria externa

No ano de 2012 a auditoria externa KPMG Auditores Independentes prestou serviços para a Companhia em processo de emissão de debêntures no valor de R\$ 218.

22 Receita operacional líquida

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Telefonia fixa	1.005.526	969.966	1.016.540	1.003.575
Telefonia celular	320.334	302.044	-	-
Dados autorização	360.284	309.874	-	-
TV por assinatura	84.216	77.195	-	-
BPO/TI e consultoria	444.170	392.748	-	-
Listas e guias telefônicas	43.988	42.417	-	-
Engenharia de redes	80.144	62.256	-	-
Receita operacional bruta	2.338.662	2.156.500	1.016.540	1.003.575
Impostos e deduções	(527.210)	(474.342)	(270.584)	(258.250)
Receita operacional líquida	1.811.452	1.682.158	745.956	745.325

23 Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal	(384.985)	(365.179)	(28.254)	(27.612)
Materiais	(22.036)	(21.128)	(6.319)	(7.158)
Serviços de Terceiros	(181.049)	(139.442)	(78.754)	(71.951)
Custos de Interconexão	(176.589)	(210.077)	(158.770)	(185.585)
Meios de Conexão - EILD	(44.654)	(39.696)	(25.033)	(31.403)
Depreciação e Amortização	(139.028)	(125.448)	(65.519)	(56.716)
Custos das Mercadorias Vendidas	(20.423)	(19.824)	-	(59)
Outros	(96.718)	(84.930)	(29.064)	(21.509)
	(1.065.482)	(1.005.724)	(391.713)	(401.993)

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

24 Despesas com vendas

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal	(108.007)	(113.436)	(43.828)	(44.489)
Materiais	(1.787)	(1.724)	(645)	(622)
Serviços de terceiros	(76.793)	(70.208)	(44.555)	(46.998)
Propaganda e marketing	(29.887)	(29.746)	(11.852)	(10.636)
PCLD	(25.884)	(16.695)	(10.358)	(7.404)
Depreciação e amortização	(3.440)	(2.681)	(2.349)	(2.040)
Outros	(12.609)	(9.404)	(6.520)	(5.435)
	<u>(258.407)</u>	<u>(243.894)</u>	<u>(120.107)</u>	<u>(117.624)</u>

25 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal	(79.778)	(66.351)	(38.221)	(32.777)
Materiais	(1.265)	(1.073)	(700)	(562)
Serviços de terceiros	(89.371)	(78.205)	(44.641)	(42.416)
Depreciação e amortização	(19.154)	(16.686)	(11.681)	(11.449)
Outros	(7.691)	(7.212)	(4.161)	(3.978)
	<u>(197.259)</u>	<u>(169.527)</u>	<u>(99.404)</u>	<u>(91.182)</u>

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

26 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Receita de aplicações financeiras	8.394	15.891	3.127	7.443
Juros de contas recebidas em atraso	4.640	5.567	2.110	2.395
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	4.439	6.738	2.702	3.777
Reversão de provisões	3.009	-	1.511	-
Outras receitas financeiras	4.612	3.239	587	501
Total das receitas financeiras	25.094	31.435	10.037	14.116
Juros sobre empréstimos	(49.371)	(41.495)	(27.916)	(18.029)
Juros sobre debêntures	(18.228)	(28.240)	(18.228)	(28.240)
Variações cambiais e monetárias passivas	(5.275)	(7.351)	(1.298)	(3.783)
Descontos concedidos	(4.724)	(6.297)	(1.983)	(3.204)
Encargos sobre provisões, impostos e taxas	(14.389)	(18.017)	(5.683)	(9.079)
Taxas e tarifas bancárias	(11.908)	(14.888)	(6.283)	(4.456)
Outras despesas financeiras	(3.565)	(2.599)	(2.035)	(4.444)
Total das despesas financeiras	(107.460)	(118.887)	(63.426)	(71.235)
Despesas financeiras líquidas	(82.366)	(87.452)	(53.389)	(57.119)

27 Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado		Individual	
	2012	2011	2012	2011
Despesas com concessão	(5.124)	(4.782)	(3.001)	(3.355)
Provisões	(34.565)	(35.217)	(13.062)	(20.323)
Reversão de provisões	18.879	5.444	7.676	1.421
Multas sobre serviços de telecomunicações e contratuais	16.736	10.929	10.794	8.004
Ganho na venda de imobilizado	1.141	3.043	1.447	1.151
Outras receitas (despesas), líquidas	3.337	23.075	(2.377)	10.923
	404	2.492	1.477	(2.179)

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis em títulos de investimento.

O ativo da companhia e controlados avaliado como sujeito a risco de crédito, suscetível de eventual perda é o contas a receber e na avaliação da companhia não há outros ativos relevantes sujeito a risco de crédito.

Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência. O risco de crédito de contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos e cartões indutivos.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telefonia fixa é bloqueado parcialmente sempre que sua conta não é paga há mais de trinta dias, e com mais de sessenta dias ocorre o bloqueio total. Exceções compreendem somente serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional. A Companhia mantém limites de créditos para seus revendedores e distribuidores de cartões pré-pago e indutivos, que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telefonia móvel celular da controlada CTBC Celular é bloqueado parcialmente sempre que sua conta não é paga há mais de quinze dias, e com mais de trinta dias ocorre o bloqueio total.

O risco de crédito de contas a receber de prestação de serviços da CTBC Celular é diversificado. A CTBC Celular mantém limites de crédito para os revendedores de aparelhos celulares e distribuidores de cartões pré-pago que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência, com garantias de nota promissória e outras garantias reais.

O risco de crédito relativo às prestações de serviços da Algar Tecnologia, bem como o risco de concentração da receita em poucos clientes são minimizados através de uma criteriosa análise de crédito. Essa análise é definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação.

A mesma política é utilizada para análise de crédito abrangendo as demais controladas, sendo definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Porém, a Administração da Companhia também considera estes riscos, levando em consideração os riscos por região, através de históricos de créditos com liquidação duvidosa. O gerenciamento de riscos de crédito do contas a receber, apresenta os seguintes aspectos por empresa:

- Na Companhia e nas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia, Algar Mídia e Image - as receitas são pulverizadas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.

- Para as controladas Algar Tecnologia e Engeset, segue a demonstração da dependência do Grupo e concentração de receita:

Controlada	Receita intra grupo econômico		Concentração da receita		
	2012	2011	Nº de clientes	2012	2011
Algar Tecnologia	15,1%	11,9%	3	44%	44%
Engeset	50,2%	52,0%	4	87%	87%

- A administração estabeleceu políticas de créditos sob as quais os clientes são analisados individualmente visando a um tratamento adequado para as diversas situações identificadas, tendo por base uma análise de crédito eficaz.

Garantias

As políticas internas do Grupo Algar preveem a prestação de garantias financeiras entre as empresas ligadas, sempre com base em análise criteriosa da operação realizada, bem como da viabilidade para as empresas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia, Image, Algar Mídia e Synos e a controladora Algar S.A. eram garantidoras de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras (Nota Explicativa 21).

b. Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida estão apresentados abaixo:

	Consolidado				
	2012				
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	614.330	771.292	320.312	412.377	38.603
Debêntures	310.724	532.141	82.784	258.503	190.854
Passivo de arrendamento financeiro	461	511	342	169	-
Total	925.515	1.303.944	403.438	671.049	229.457

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Individual				
	2012				
	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	349.397	437.801	179.754	241.103	16.945
Debêntures	310.724	532.141	82.784	258.503	190.854
Passivo de arrendamento financeiro	115	116	116	-	-
Total	660.236	970.058	262.654	499.606	207.799

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

c. Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

A Companhia pode contratar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio. São registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas Controladas não possuem operações significativas de derivativos ('Swap').

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e pelas suas controladas para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

A exposição a variações de moeda estrangeira (dólar norte-americano), registrada nas informações contábeis consolidadas, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
Passivos em moeda estrangeira:		
Fornecedores	1.287	2.610
	1.287	2.610

- Análise de sensibilidade – taxa de juros – Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos e debêntures) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2012, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras no período de 1 ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (%)	6,90	8,63	10,35

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	Aumento do CDI	28.145	35.181	42.217
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário		-	7.036	14.072

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA (%)	5,84	7,30	8,76

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA	Aumento do IPCA	17.601	22.001	26.401
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário		-	4.400	8.800

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP (%)	5,50	6,88	8,25

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	Aumento da TJLP	8.196	10.245	12.293
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário		-	2.049	4.098

•

- **Análise de sensibilidade– Aplicações Financeiras**

Os cenários de exposição das aplicações financeiras indexadas à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2012, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (%)	6,90	5,18	3,45

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	Redução do CDI	10.282	7.719	5.141
Redução na receita financeira em se confirmando o cenário		-	(2.563)	(5.141)

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

d. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos das empresas da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela Auditoria Interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

e. Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Comitê Diretor da Companhia vem realizando trabalhos, em conjunto com o departamento de Auditoria Interna, a fim de implementar políticas para que não haja contratação de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (“hedge”) considerados padrão e com riscos conhecidos (“plain-vanilla” no termo em inglês). Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

f. Valores estimados de mercado

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2012.

Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas e são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das informações contábeis.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Títulos a receber de partes relacionadas - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, conforme descrito na Nota Explicativa 21.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira) - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Instrumentos financeiros derivativos - são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

Segue abaixo a classificação dos instrumentos financeiros:

	Classificação	2012			
		Consolidado		Individual	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	37.816	37.816	3.848	3.848
Aplicações Financeiras	(a)	149.011	149.011	107.264	107.264
Contas a receber	(b)	318.120	318.120	115.264	115.264
Títulos a receber	(b)	3.655	3.655	4.915	4.915
Passivo					
Fornecedores	(c)	150.054	150.054	54.091	54.091
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(c)	614.792	614.792	394.513	394.513
Debêntures	(c)	306.281	306.281	313.586	313.586

(a) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;

(b) Empréstimos e recebíveis;

(c) Custo amortizado.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período

g. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

h. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação são apresentados conforme tabela abaixo.

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Consolidado - 2012			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos:				
Caixa e equivalentes	-	37.816	-	37.816
Aplicações financeiras	-	150.587	-	150.587
	-	188.403	-	188.403

	Consolidado - 2011			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos:				
Caixa e equivalente	-	27.497	-	27.497
Aplicações financeiras	-	150.756	-	150.756
	-	178.253	-	178.253

	Individual - 2012			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos:				
Caixa e equivalentes	-	3.848	-	3.848
Aplicações financeiras	-	108.840	-	108.840
	-	112.688	-	112.688

	Individual - 2011			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos:				
Caixa e equivalentes	-	8.454	-	8.454
Aplicações financeiras	-	87.546	-	87.546
	-	96.000	-	96.000

29 Informações por segmento**(a) Telecom**

Segmento representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio (i) telefonia fixa; (ii) internet banda larga; (iii) comunicação de dados; (iv) telefonia celular; (v) provedor de internet; e (vi) TV por assinatura.

Este segmento abrange as operações da Companhia e das controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image, cujo detalhamento das atividades está na Nota 1.

(b) Relacionamento com o cliente/BPO e TI

Segmento operacionalizado pela Algar Tecnologia e Synos que atuam na prestação de serviços

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

de *contact center*, BPO (*Business Process Outsourcing*) e soluções em TI.

(c) Negócios complementares

Este segmento inclui a prestação de serviços de construção e manutenção de redes de telecomunicações pela controlada Engeset e serviços gráficos, edição de jornais, listas e guias telefônicos pela controlada Algar Mídia.

A seguir são apresentadas informações por segmento de negócio, correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2012.

	Telecom	BPO/TI e consultoria	Negócios comple- mentares	Eliminações	Consolidado
Ativo	1.911.653	355.084	136.268	(217.453)	2.185.552
Ativo circulante	421.233	128.665	66.011	(24.476)	591.433
Ativo não circulante	1.490.420	226.419	70.257	(192.977)	1.594.119
Investimentos	186.684	-	56	(186.676)	64
Intangível	206.739	43.972	19.138	(4.650)	265.199
Imobilizado	1.028.670	172.777	47.022	(1.651)	1.246.818
Outros ativos não circulantes	68.327	9.670	4.041	-	82.038
Passivo e patrimônio líquido	1.911.653	355.084	136.268	(217.453)	2.185.552
Passivo	1.249.584	224.969	73.306	(24.475)	1.523.384
Passivo circulante	413.446	115.398	46.384	(21.735)	553.493
Passivo não circulante	836.138	109.571	26.922	(2.740)	969.891
Patrimônio líquido	662.069	130.115	62.962	(192.978)	662.168
Receita bruta	1.776.271	496.844	211.071	(145.524)	2.338.662
(-) Impostos e deduções sobre vendas	(471.186)	(39.422)	(16.602)	-	(527.210)
Receita operacional líquida	1.305.085	457.422	194.469	(145.524)	1.811.452
Custos e despesas operacionais	(928.719)	(398.521)	(178.248)	146.366	(1.359.122)
EBITDA	376.366	58.901	16.221	842	452.330
Depreciações e amortizações	(136.702)	(19.122)	(5.798)	-	(161.622)
EBIT	239.664	39.779	10.423	842	290.708
Resultado financeiro	(73.392)	(9.067)	93	-	(82.366)
Equivalência patrimonial	30.018	-	(267)	(29.751)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	196.290	30.712	10.249	(28.909)	208.342
Imposto de renda e contribuição social	(55.309)	(9.968)	(2.067)	-	(67.344)
Resultado líquido	140.981	20.744	8.182	(28.909)	140.998

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratarem cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza,

Notas Explicativas

*Companhia de Telecomunicações do Brasil
Central Consolidado e Individual
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, era composta por R\$ 1.216.740 para danos materiais, R\$ 1.595.198 para lucros cessantes, R\$ 5.000 para responsabilidade civil e R\$ 1.773 para *Performance Bond*, consolidado.

31 Eventos subsequentes

a. Planejamento societário em controlada

Na data da emissão das presentes demonstrações financeiras, a controlada Engeset estava em processo de planejamento societário com o intuito de transferir para as empresas do segmento de telecom certas atividades inerentes aos negócios das mesmas. A operação, se aprovada, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2013 e abrangerá a Companhia e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia, Image e Algar Tecnologia. Conforme premissas desse planejamento, a controlada Engeset continuará apta para atuar no mercado oferecendo os serviços originalmente previstos no seu objeto social.

b. Plano Geral de Metas de Competição - PGMC

A Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, por meio da Resolução nº 600, de 08 de novembro de 2012, aprovou o Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, instrumento de regulação econômica setorial que prevê ações de aprimoramento do ambiente concorrencial para o setor de telecomunicações brasileiro. A ANATEL elegeu cinco mercados relevantes (rede de acesso, rede de transporte, terminação de chamadas em rede móveis, *roaming* nacional de voz e dados e infraestrutura passiva) e definiu medidas para que entraves concorrenciais percebidos fossem superados, desestimulando práticas anticompetitivas promovidas por operadoras detentoras de poder de mercado significativo.

Esse Plano abrange a controlada CTBC Celular que, principalmente em virtude de redução dos custos de interconexão, formulou planos de negócios bastante competitivos para os serviços de telefonia móvel celular. As ações implementadas até a emissão dessas demonstrações financeiras já resultaram em impactos relevantes no crescimento da base de clientes da controlada e espera-se que os resultados dos próximos períodos, a partir de janeiro de 2013, terão os reflexos positivos gerados, conforme proposta do PGMC.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
Uberlândia – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (“Companhia”), identificadas como Individual e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 26 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012 verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do parecer sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período.

Geraldo Batista Caetano	Presidente
Gilberto Saramago Gatti	Secretário
Dilson Dalpiaz Dias	Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores e as demonstrações financeiras

Em cumprimento à Lei, a diretoria estatutária da Companhia informa que reviu, discutiu e concorda com as suas demonstrações financeiras ora disponibilizadas. Adicionalmente, os diretores tomaram conhecimento do parecer emitido pela empresa de auditores independentes que atende a Companhia e, após terem revisado e discutido o mesmo, expressam aqui sua concordância.

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2013

Divino Sebastião de Souza
Diretor Presidente

Jean Carlos Borges
Diretor Vice-Presidente de Operações

Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Marineide da Silva Peres
Diretora de Talentos Humanos

Luis Antonio Andrade Lima
Diretor de Operações e Tecnologia

Osvaldo Cesar Carrijo
Diretor Comercial de Varejo

Marcio Estefan
Diretor Comercial de Empresas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores e as demonstrações financeiras

Em cumprimento à Lei, a diretoria estatutária da Companhia informa que reviu, discutiu e concorda com as suas demonstrações financeiras ora disponibilizadas. Adicionalmente, os diretores tomaram conhecimento do parecer emitido pela empresa de auditores independentes que atende a Companhia e, após terem revisado e discutido o mesmo, expressam aqui sua concordância.

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2013

Divino Sebastião de Souza
Diretor Presidente

Jean Carlos Borges
Diretor Vice-Presidente de Operações

Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Marineide da Silva Peres
Diretora de Talentos Humanos

Luis Antonio Andrade Lima
Diretor de Operações e Tecnologia

Osvaldo Cesar Carrijo
Diretor Comercial de Varejo

Marcio Estefan
Diretor Comercial de Empresas